

Coordenação da
**Estratégia Nacional
de Combate à Pobreza**
2021-2030

**Relatório Final
de Monitorização
do Plano de Ação
2022-2025**

Versão Final
Volume II - Anexos
Março 2026

**NINGUÉM FICA
PARA TRÁS.**
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE COMBATE À POBREZA



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

1 FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório Final de Monitorização do Plano de Ação 2022-2025 da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
Volume I

Autoria

Coordenação Nacional da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza com o apoio técnico do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS (GEP) e do PLANAPP - Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

Rua António Patrício, n.º 262 | 4199-001 Porto

geral.encp@encp.gov.pt

Data de apresentação:

31 de março de 2026

Índice Geral

1	Anexos ao Capítulo 1 - Atividade das estruturas de governação da ENCP.....	6
1.1	Fóruns Temáticos Participativos	6
1.2	Divulgação e disseminação PAENCP	9
2	Anexos ao Capítulo 2 - Balanço de Execução 2022-2025	14
2.1	Reporte Global PAENCP 2022-2025	14
2.2	Atividades exclusivas de 2025	40
2.3	Atividades que apresentam valores desagregados cumulativos por sexo e/ou região.....	44
2.4	Teoria da Mudança.....	49
2.4.1	Enquadramento	49
2.4.2	Contributos das atividades para os resultados intermédios em cada domínio de impacto 62	
2.5	Atividades Adicionais	82

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1- A Teoria da Mudança da ENCP - sumário macro	49
Figura 2 - Esquema do impacto “Maior equidade dos percursos educativos e formativos e melhoria da transição para o mercado de trabalho” - RI 1	51
Figura 3 - Esquema do impacto “Aumento da qualidade do emprego, do rendimento primário disponível e da criação de emprego” - RI 2	52
Figura 4 - Esquema do impacto “Melhoria do acesso à proteção social e da qualidade das coberturas” - RI 3	54
Figura 5 - Esquema do impacto “Aumento da educação e formação ao longo da vida e das oportunidades de emprego” - RI 4.....	55
Figura 6 - Esquema do impacto “Redução da privação habitacional e melhoria das acessibilidades” - RI 5	57
Figura 7 - Esquema do impacto “Melhoria dos níveis de saúde física e mental da população em situação de vulnerabilidade” - RI 6	59
Figura 8 - Esquema do impacto “Diminuição das várias formas de preconceito e discriminação” - RI 7 60	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Atividade dos Fóruns Temáticos Participativos	6
Tabela 2 - Eventos de Divulgação do PAENCP	9
Tabela 3 - Atividades PAENCP 2022-2025.....	14
Tabela 4 - Lista das Atividades exclusivas de 2025 e respetivas metas, execução, nível de desempenho e estado	40
Tabela 5 - Lista das atividades com valores desagregados por Sexo e/ou Região cumulativos no período 2022-2025	44
Tabela 6 - Contributos das atividades do Eixo 1 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM 62	
Tabela 7- Contributos das atividades Concluídas do Eixo 1 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	63
Tabela 8- Contributos das atividades do Eixo 2 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM 65	
Tabela 9- Contributos das atividades Concluídas do Eixo 2 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	67
Tabela 10- Contributos das atividades do Eixo 3 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM68	
Tabela 11- Contributos das atividades Concluídas do Eixo 3 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	70
Tabela 12- Contributos das atividades do Eixo 4 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM72	
Tabela 13- Contributos das atividades Concluídas do Eixo 4 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	73

Tabela 14 - Contributos das atividades do Eixo 5 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM	75
Tabela 15 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 5 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	77
Tabela 16- Contributos das atividades do Eixo 6 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM78	
Tabela 17 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 6 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM.....	80
Tabela 18 - Lista das Atividades Adicionais, valores de execução e estado	82

2 ANEXOS AO CAPÍTULO 1 - ATIVIDADE DAS ESTRUTURAS DE GOVERNAÇÃO DA ENCP

2.1 Fóruns Temáticos Participativos

Tabela 1 - Atividade dos Fóruns Temáticos Participativos

Tema	Data	Local	Nº Participantes	Parceiros	Objetivo
PERCEÇÃO DE EFEITOS OU IMPACTOS DAS ATIVIDADES DO PAENCP	20 jul 2024	Porto	34	ENCP Grupo Estratégico Metropolitano da Juventude da AMP	Recolher a sua perceção sobre os efeitos ou impactos nas condições de vida das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e em risco de pobreza e exclusão social das atividades do PAENCP 2022-2025 concluídas no biénio 2022-2023; Identificar obstáculos e dificuldades à produção de efeitos e impactos das atividades do PAENCP 2022-2025 concluídas; Identificar ações complementares que permitam minimizar riscos futuros e potenciar efeitos e impactos das atividades previstas no PAENCP 2022-2025.

Tema	Data	Local	Nº Participantes	Parceiros	Objetivo
MERCADO SOCIAL DE EMPREGO VS AUTOMATIZAÇÃO DE EMPREGOS	24 nov 2024	Covilhã	28	ENCP Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ)	Reflexão e discussão sobre a adaptação à transição digital, alinhada com os objetivos de redução da pobreza e promoção da coesão social, com enfoque em quatro grandes temas: Educação, Formação e Transição Digital; Associativismo e Participação Ativa; Boas Práticas de Combate à Pobreza e Visão Estratégica para a Pobreza.
ALOJAMENTO ESTUDANTIL ACESSÍVEL: DESAFIOS E SOLUÇÕES NO PLANO NACIONAL DE ALOJAMENTO PARA O ENSINO SUPERIOR	16 dez 2024	Porto	34	ENCP Federação Académica do Porto (FAP)	Discutir estratégias e soluções para melhorar a oferta de alojamento estudantil acessível; Identificar boas práticas e políticas eficazes para garantir a sustentabilidade e eficácia do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior.
O IMPACTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS	10 fev 2025	Porto	11	ENCP CNIS EAPN PORTUGAL (Distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Guarda, Madeira, Viana do Castelo)	Promover uma reflexão sobre a temática da descentralização de competências, a partir de um guião de questões que permitiu aferir o grau de conhecimento/ informação e

Tema	Data	Local	Nº Participantes	Parceiros	Objetivo
					avaliação dos próprios sobre o processo de transferência de competências para os municípios; a existência de dificuldades de acesso aos serviços nos territórios; a perceção de benefícios na proximidade das respostas; e, ainda, a apresentação de propostas de melhoria aos serviços prestados pelas autarquias.
COMBATER A POBREZA ENERGÉTICA - CONHECIMENTO, AÇÃO E VOZES	27 jun 2025	Coimbra	33	ENCP CM Coimbra IEFP, I.P. ADENE DGEG ZERO CPR ANIMAR FNAJ Leroy Merlin CENSE	Reforçar o conhecimento público e institucional sobre a extensão e os impactos da pobreza energética em Portugal, promover a escuta ativa e o reconhecimento da experiência das pessoas e comunidades que vivem esta realidade, bem como identificar prioridades e soluções concretas que possam alimentar políticas públicas mais justas, eficazes e participativas.

Tema	Data	Local	Nº Participantes	Parceiros	Objetivo
O IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL	23 out 2025	Macieira de Cambra	177	ENCP ADRMAG	Dar a conhecer a transição digital no setor público: desafios e oportunidades; Recolher informação sobre o impacto da digitalização na população mais vulnerável; Identificar soluções mais eficientes e eficazes, adaptadas às necessidades e contextos específicos das populações e territórios.

2.2 Divulgação e disseminação PAENCP

Tabela 2 - Eventos de Divulgação do PAENCP

Data	Local	Evento	Entidade Promotora
18/11/2022	Coimbra	Encontro “HABITAÇÃO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: REALIDADES E DESAFIOS”	EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Coimbra
24 e 25/11/2022	Guimarães	Seminário Configurações - intervenção social e práticas artísticas (projeto FAZER PRESENTE - Teatro Participativo em Diálogo Intergeracional)	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais
28/11/2022	Lisboa	3ª Edição da Entrega do Selo de Boas Práticas de Intervenção Social	Plataformas Supraconcelhias da Grande Lisboa e do Oeste
30/11/2022	Porto	Encontro CLDS 4G	Centro Distrital da Segurança Social do Porto
02/02/2023	Online	Webinar A estratégia de combate à pobreza - O papel das empresas	Associação Cristã de Empresários e Gestores
20/02/2023	Online	Podcast Igualdade de Género em Números - tema pobreza e proteção social	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
17/03/2023	Porto	Cimeira dos Cidadãos (People's Summit)	EAPN Portugal EAPN Europa
26/03/2023	Setúbal	Conselho Geral da Cáritas Portuguesa	Cáritas Diocesana Portuguesa
28/03/2023	Lisboa	Ciclo sobre Desigualdades A pobreza em Portugal - indicadores e políticas - tendências e desafios	Fundação Res Publica

Data	Local	Evento	Entidade Promotora
14/04/2023	Porto	Sessão do módulo "Inclusão" integrado no curso em estudos avançados "Território"	Coordenação do Curso em Estudos Avançados "Território" da FAUP
19/05/2023	Online	O Papel do Poder Local	EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Braga
19/05/2023	Online	Congresso Diocesano Pastoral Sócio Caritativa - As Instituições Sociais e a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	Cáritas Diocesana de Lisboa
25/05/2023	ISCTE	Respostas Sociais de Luta Contra a Pobreza em Portugal: um balanço	ISCTE
20/06/2023	Porto	A Agenda do Trabalho Digno: As Pessoas no Centro	EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Beja
05/09/2023	Porto	Projeto Erasmus+ LIDA: Inclusion in and by Digital: Access, Well-Being and Rights	Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP
12/09/2023	Lisboa	Fórum para a Inclusão Social - Região Lisboa e Vale do Tejo	Ministério da Coesão Territorial CCDR-LVT
13/09/2023	Coimbra	Fórum para a Inclusão Social - Região Centro	Ministério da Coesão Territorial CCDR-Centro
18/09/2023	Vila Nova de Cerveira	Fórum para a Inclusão Social - Região Norte	Ministério da Coesão Territorial CCDR-Norte
19/09/2023	Faro	Fórum para a Inclusão Social - Região Algarve	Ministério da Coesão Territorial CCDR-Algarve
20/09/2023	Évora	Fórum para a Inclusão Social - Região Alentejo	Ministério da Coesão Territorial CCDR-Alentejo
26/09/2023	Portalegre	Diálogos sobre a Pobreza - I Ciclo de Debates "Combater as Desigualdades - Contributos"	EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Portalegre
28/09/2023	Online	Observatório de Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES)	ORSIES
17/10/2023	Vídeo	Big Meeting 2.0 - Os Primeiros Anos Contam! e agora?	Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso
20/10/2023	Funchal	III Fórum Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Combate à Pobreza: Uma Missão de tod@s!	EAPN Portugal - Núcleo da Região Autónoma da Madeira
24/10/2023	Online	Webinar EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Bragança	EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Bragança
07/11/2023	Caldas da Rainha	Encontro Nacional de Técnicos das Cooperativas de Solidariedade Social	FENACERCI
10/11/2023	Porto	32º Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas	Ordem dos Médicos Dentistas
22/11/2023	Ourém	Fórum Social 2023 - Município de Ourém	Município de Ourém
23/11/2023	Online	Seminário do Mestrado em Educação, Artes e Inclusão da Escola Superior de Educação de Setúbal	Escola Superior de Educação de Setúbal
27/11/2023	Lisboa	1º Encontro Internacional do ProChild CoLAB: O Pacto para a Infância	ProChild CoLAB
09/12/2023	Porto	#MudarPorto.6 - Refletir com o passado Caminhar para o futuro	Associação Saber Compreender
11/12/2023	Faro	Apresentação do Plano de Desenvolvimento Social para o Algarve	Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)
12/12/2023	Lisboa	Reunião de trabalho integrada na visita da equipa do Projeto NOVA ao MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)
18/12/2023	Viana do Castelo	Congresso Igualdade e Interculturalidade	Rede de Apoio a Migrantes no Alto Minho (AMAM)
09/01/2024	Caldas da Rainha	Encontro Transferência de Competências Ação Social - Municípios Perspetivas e Novos Desafios	Instituto da Segurança Social, I.P.
10/01/2024	Porto	Ciclo de Conversas Rede Social do Porto - A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021/2030 - Desafios e Oportunidades	Município do Porto
24/01/2024	Setúbal	Sessão Informativa sobre o PAENCP 2022-2025 para técnicos do CDSS de Setúbal, dos Municípios do Distrito de Setúbal e das respetivas Redes Sociais	Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal
06/02/2024	Porto	Encontro Nacional do Fórum Políticas Sociais	EAPN Portugal

Data	Local	Evento	Entidade Promotora
27/02/2023	Porto	Conferência "Portugal sem Pobreza: desafios e oportunidades"	Cáritas Diocesana Portuguesa
29/02/2024	Faro	Aniversário do Banco Alimentar do Algarve	Banco Alimentar do Algarve
04 e 05/03/2024	Bruxelas	European Conference on Just Transition	Presidência Belga da União Europeia
07/03/2024	Online	Evento EAPN Portugal	EAPN Portugal
22/03/2024	Coimbra	Ao final da tarde...	Centro Cirúrgico de Coimbra
27/03/2024	Online	Reunião Temática de Associados da EAPN Portugal dos Núcleos de Beja, Évora e Faro	Núcleos de Beja, Évora e Faro da EAPN Portugal
02/04/2024	Santarém	Reunião da Plataforma Supraconcelhia Lezíria do Tejo	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
18/04/2024	Porto	VII Fórum das Especialidades de Enfermagem - Vulnerabilidade(s)	Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa (FCSE - UCP)
18 e 19/04/2024	Braga	8.ªs CONFERÊNCIAS P3DT (Planeamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento do Território) HABITAR NA CIDADE	Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
28/05/2024	Online	Conversas em Rede - Reunião de Associados dos Núcleos de Castelo Branco, Santarém e Portalegre	EAPN Portugal
29/05/2024	Vila Real	Seminário Pobreza e Território: evocando os 50 anos do 25 de Abril	Fórum de Cidadãos pela Erradicação da Pobreza de Vila Real e Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD)
03/06/2024	Online	Seminário Internacional "Desafios atuais na intervenção social"	Núcleo Distrital de Beja da EAPN Portugal, Associação dos Profissionais de Serviço Social e CIM Baixo Alentejo
18/06/2024	Vila Verde	Seminário "Pobreza e exclusão social em Portugal: desafios para a intervenção e políticas públicas"	Núcleo Distrital de Braga da EAPN
19/06/2024	Vila Real	CIM Douro - Educação e Inclusão Social Investimentos prioritários	CCDR Norte
26/06/2024	Soure	CIM Região de Coimbra Região + Social e + Próxima	CIM Região de Coimbra
27/06/2024	Amadora	Grupos de Trabalho da Missão Continente - Pobreza e desigualdade social: como minimizar o impacto?	Missão Continente
27/09/2024	Lisboa	6.º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses / XIII Congresso Ibero-americano de Psicologia - Empowertalk sobre o tema "Os terríveis 1000 dias"	Ordem dos Psicólogos Portugueses
09 e 10/10/2024	Açores	Congresso dos Assistentes Sociais da Macaronésia com o tema: "Serviço Social e Mudança Social: a construção de percursos de intervenção na contemporaneidade."	Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS)
17/10/2024	Coimbra	Exposição virtual "Pelos olhos de quem vê e sente"	Cáritas de Coimbra
18/10/2024	Algarve	4.ª Conferência Pensar a Energia, ADENE Desafios e Soluções para um Futuro Sustentável	ADENE
21/10/2024	Online	EAPN - A Implementação local da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	Núcleo Distrital de Évora da EAPN Portugal
21/10/2024	Online	Encontro Regional de Associados da Região Centro	EAPN Portugal - Núcleos da Região Centro
23/10/2024	Loures	O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza vai ser assinalado, no dia 23 de outubro, "A complexidade na intervenção social".	Câmara Municipal de Loures
24/10/2024	Viana do Castelo	"Transferência de Competências de Ação Social para as Autarquias: Realidades do Alto Minho"	EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Viana do Castelo
29/10/2024	Marvila	"Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: a experiência da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza"	Associação Portuguesa de Sociologia e ENCP

Data	Local	Evento	Entidade Promotora
06/11/2024	Leiria	II Fórum Municípios em Rede	Município de Leiria e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
07/11/2024	Aveiro	“Fazer caminhos Levar oportunidades!”	Cáritas Diocesana de Aveiro
16/11/2024	Covilhã	Workshop: Mercado Social de Emprego vs. Automatização de Empregos	FNAJ
25/11/2024	Porto	IV Encontro da Rede de Voluntariado do Ensino Superior, subordinado ao tema “Voluntariado e Globalização”.	Rede de Voluntariado de Ensino Superior (RVES)
24/11/2024	Vila Nova de Poiares	Reunião Plenária da Seção de Municípios para os ODS - “Colocar as pessoas no centro da Agenda 2030”	ANMP
28/11/2024	Coimbra	“Economia Social e Solidária - Refletir o presente”	Rede Social de Coimbra
16/12/2024	Porto	“Alojamento Estudantil Acessível: Desafios e Soluções no Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior”	ENCP VS Federação Académica do Porto
23/01/2025	Porto	AGIR - Prémio REN 2024	REN e Média Livre
30/01/2025	Online	Sessão informativa “Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 - Balanço de execução” na reunião da Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
12/02/2025	Coimbra	Coimbra Social Summit	CM Coimbra e CASPE
13/02/2025	Lisboa	Apresentação da ENCP na Reunião Ordinária do grupo de Trabalho Metropolitano dos Assuntos Sociais e de Saúde da AML	AML
24/02/2025	Sintra	Comunidades em Ação - Operações Integradas Metropolitanas	AML e CM de Cascais, Oeiras e Sintra
26/02/2025	Porto	Encontro/Debate “Pobreza e Estratégia”	Universidade Católica do Porto
24/03/2025	Castelo Branco	Sessão “Viver melhor na Beira Baixa”	CIM Beira Baixa
28/03/2025	Porto	Cimeira das Pessoas	EAPN
23/04/2025	Porto	Encontros Regionais: Práticas de Intervenção Social na pobreza e exclusão social Norte	EAPN Portugal ISS CN-ENCP
30/04/2025	Torres Novas	Fórum + Coesão Social no Médio Tejo	CIM Médio Tejo EAPN Portugal ENCP
6/05/2025	Matosinhos	Conferência-Debate “Vamos Falar de Pobreza”	AMP CN-ENCP
12/05/2025	Coimbra	Encontros Regionais: Práticas de Intervenção Social na área da pobreza e exclusão social Centro	EAPN Portugal ISS CN-ENCP
29/05/2025	Tomar	Encontro Tomar Social - Refletir para Intervir	CLDS de tomar CM Tomar C.A.S.T. (Centro de Assistência Social de Tomar)
29/05/2025	Almada	Encontro Rede Sem Espinhas 2.0	Rede Social - CM Almada
30/05/2025	Porto	Seminário “Rumo ao Amanhã”	Associação CAIS
02/06/2025	Leiria	Mesa Redonda - “O combate à Pobreza no distrito de Leiria: um desígnio intersectorial e integrado”	EAPN Leiria CN-ENCP
04/06/2025	Lisboa	Apresentação do relatório Portugal, Balanço Social	NovaSBE.unl
06/06/2025	Póvoa do Lanhoso	Seminário RADAR SOCIAL	Município da Póvoa do Lanhoso
16/06/2025	Portalegre	Seminário “Desafios e Estratégias para a Construção do Plano Local de Combate à Pobreza: Caminhos para a Inclusão Social”	EAPN Portugal Politécnico Portalegre Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)
27/06/2025	Coimbra	Fórum Participativo Temático: Pobreza Energética	CN-ENCP / Grupo de Trabalho do FC “Oportunidades da Economia Circular e Mercado Social de Emprego”

Data	Local	Evento	Entidade Promotora
04/07/2025	Beja	Encontros Regionais: Práticas de Intervenção Social na área da pobreza e exclusão social	EAPN CN- ENCP ISS, IP
18 e 19/09/2025	Porto	Evento de Alto Nível do Fórum Social do Porto 2025	XXV Governo português UE
23/09/2025	Fafe	Seminário “Territórios que transformam: Redes de proximidade no Combate à Pobreza: Parcerias Locais e Estratégias Intersetoriais para uma resposta Sustentável à Pobreza”	Rede Social de Fafe
26/09/2025	Valongo	Apresentação da ENCP em reunião Plenária do CLAS	Rede Social de Valongo
23/10/2025	Macieira de Cambra	Fórum Participativo Temático “O Impacto da digitalização dos serviços públicos na população mais vulnerável”	CN-ENCP / ADRIMAG/ Grupo de trabalho do FC “Impacto dos serviços públicos nas populações mais vulneráveis”

3 ANEXOS AO CAPÍTULO 2 - BALANÇO DE EXECUÇÃO 2022-2025

3.1 Reporte Global PAENCP 2022-2025

Tabela 3 - Atividades PAENCP 2022-2025

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.1.1	1.1	Implementar de forma progressiva a medida da gratuidade das creches através da execução do programa Creche Feliz	ISS, IP	N.º de crianças em creche, creche familiar e amas abrangidas pela gratuidade	45 000	50 735	113%	70 000	91 296	130%	120 000	120 803	101%	n.a.	135 003	n.a.	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.1.1	1.2	Alargar a oferta da rede de creches	ISS, IP	N.º de lugares de creche	n.a.	n.a.	n.a.	10 000	24 530	245%	n.a.	n.a.	n.a.	10 000	10 242	102%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.2	1.3	Abrir novas vagas de forma a garantir a universalização da educação pré-escolar de qualidade para todos	DGEstE/AGSE, I.P.	N.º de novas vagas em educação pré-escolar criadas	1 000	1 100	110%	1 000	1 150	115%	1 000	1 150	115%	1 000	1 213	121%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.3.1	1.4	Dinamizar iniciativas de âmbito escolar que promovam o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, envolvendo parceiros locais e mediadores/as interculturais e reforçando a Rede de Escolas para a Educação Intercultural	AIMA, IP	N.º de iniciativas de promoção da interculturalidade	10	20	200%	10	11	110%	10	15	150%	12	17	142%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.3.1	1.5	Promover a participação das crianças e jovens em atividades de Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação preconizadas na Medida I do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de participantes em atividades da Medida I do Programa Escolhas	n.a.	n.a.	n.a.	18 000	16 177	90%	20 000	27 504	138%	22 000	29 515	134%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.3.1	1.6	Garantir, em todas as escolas do país, o acesso à disciplina de Português Língua Não Materna por parte de crianças e jovens requerentes e beneficiárias de proteção internacional	DGE/EduQA, I.P.	% de crianças e jovens beneficiárias de proteção internacional com acesso ao PLNM	n.a.	n.a.	n.a.	50%	100%	200%	60%		0%	70%		0%	Sem informação	Não Aferível
1	1.1.1.3.2	1.7	Reforçar as atividades de estudo acompanhado por processos de mentoria entre pares ou de tutoria no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de participantes nas atividades	n.a.	n.a.	n.a.	8 000	8 520	107%	9 000	10 235	114%	10 000	10 677	107%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.3.2	1.8	Implementar o Programa de Mentoria entre pares nos agrupamentos escolares	DGE/EduQA, I.P.	N.º de Agrupamentos de Escolas (AE) e Escolas Não Agrupadas (ENA) com programas implementados	n/d	S/I		2%		0%	5%		0%	10%		0%	Sem informação	Não Aferível
1	1.1.1.3.2	1.9	Reforçar os Apoios Tutoriais, generalizando-os aos alunos com insucesso escolar	DGE/EduQA, I.P.	% de alunos do ensino básico com insucesso em escolas elegíveis para adoção Apoios Tutoriais Específicos	58%	81%	140%	60%	78%	130%	65%	89%	137%	70%		0%	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.1.3.3	1.10	Reforçar a utilização de ferramentas digitais de apoio ao estudo no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de utilizadores de ferramentas digitais de apoio ao estudo	n.a.	n.a.	n.a.	1 000	3 753	375%	1 200	10 888	907%	1 400	11 126	795%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.3.3	1.11	Disponibilizar computadores aos alunos e aos professores em geral, incluindo as extensões escolares em funcionamento nos estabelecimentos prisionais e centros educativos	DGEstE/AGSE, I.P.	N.º de novos computadores disponibilizados	1 050 000	576 748	55%	1 050 000	821 420	78%	1 050 000	1 050 000	100%	1 050 000	1 050 000	100%	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.1.3.3	1.12	Disponibilizar equipamentos de acesso à Internet aos alunos beneficiários de ASE, abrangendo complementarmente extensões escolares em funcionamento nos estabelecimentos prisionais e centros educativos	DGEstE/AGSE, I.P.	N.º de novos equipamentos de acesso à internet disponibilizados a alunos beneficiários de ASE	370 000	208 217	56%	370 000	310 508	84%	370 000	370 000	100%	370 000	370 000	100%	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.1.3.3	1.13	Criar progressivamente um sistema de bibliotecas escolares digitais através do aumento do empréstimo de eBooks e conteúdos digitais às escolas da rede pública, com particular incidência nas escolas em contextos mais desfavorecidos	DGE/EduQA, I.P.	N.º de títulos de eBooks e conteúdos digitais disponibilizados às escolas da rede pública	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3 500		0%	3 500		0%	Sem informação	Não Aferível

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.1.3.4	1.14	Atribuir um cheque-livro a todos os jovens nascidos em 2004 e 2005	DGLAB	N.º de jovens com 18 anos no ano de atribuição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	220 000	34 500	16%	n.a.	13 151	n.a.	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.1.3.4	1.15	Promover a leitura em famílias de menores recursos através do alargamento dos acordos de parceria com as autarquias no âmbito do Plano Nacional de Leitura	PNL	N.º de Planos Locais de Leitura celebrados	n.a.	n.a.	n.a.	5	5	100%	10	9	90%	10	12	120%	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.1.4	1.16	Reforçar a sensibilização dos profissionais para os efeitos psicológicos e comportamentais da discriminação e dos processos de trauma associados às vivências de crianças e jovens migrantes, refugiadas, afrodescendentes e ciganas	AIMA, IP	N.º de iniciativas de sensibilização dirigidas a profissionais em meio escolar	5	8	160%	6	6	100%	6	3	50%	6	0	0%	Concluída	Inferior à Meta
1	1.1.1.4	1.17	Criar o Observatório de Saúde Psicológica e Bem-estar e realizar ações de formação no âmbito da saúde mental nas escolas	DGEEC	N.º de ações de formação e webinários realizados	2	2	100%	1	1	100%	3	3	100%	3	3	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.1.1.4	1.18	Garantir o rácio de, pelo menos, um psicólogo por 1.000 alunos, priorizando escolas de contextos desfavorecidos	DGEstE/AGSE, I.P.	Rácio de alunos por psicólogo escolar	1 140	960	119%	1 000	931	107%	1 000	909	110%	1 000	1 347	135%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.5	1.19	Implementar um modelo de intervenção local integrada, dirigida às crianças e jovens e suas famílias com vista à promoção e proteção dos seus direitos e à resolução dos seus problemas e inclusão social	CN-Gpi	N.º de protocolos NLGPI assinados	n.a.	n.a.	n.a.	20	58	290%	60	129	215%	100	157	157%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.6	1.20	Criar um programa de sensibilização destinado à comunidade educativa sobre direitos humanos, inclusão e educação inclusiva	DGE/EduQA, I.P.	N.º de ações realizadas	20	20	100%	20	7	35%	20	23	115%	20		0%	Concluída	Inferior à Meta
1	1.1.1.6	1.21	Reforçar a formação no domínio da educação inclusiva dirigida aos profissionais das escolas e membros dos órgãos de gestão e Conselho Geral	DGE/EduQA, I.P.	N.º de ações de formação realizadas	30	12	40%	45	110	244%	60	42	70%	75		0%	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.1.6	1.22	Reforçar a formação específica dos docentes de educação especial, designadamente em áreas como orientação e mobilidade, braille, Língua Gestual Portuguesa, Língua Gestual Tátil, atividades de vida diária, entre outras	DGE/EduQA, I.P.	N.º de participantes nas ações de formação do Grupo de Recrutamento 900 e do Grupo de Recrutamento 360	50	55	110%	50	60	120%	50	58	116%	50		0%	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.1.7	1.23	Reforçar a sensibilização das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude relativamente ao seu papel protectivo e preventivo	CNPDP CJ	N.º de ações sensibilização	20	29	145%	20	39	195%	20	39	195%	20	57	285%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.8.1	1.24	Promover a parentalidade positiva junto dos profissionais e das figuras parentais, no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de familiares envolvidos/as em atividades que contribuam para o desenvolvimento parental	n.a.	n.a.	n.a.	1 000	1 148	115%	1 200	2 497	208%	1 300	2 332	179%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.8.1	1.25	(Re)qualificar as respostas de acolhimento residencial	ISS, IP	Taxa de casas de acolhimento com plano de adequação concluído	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50%	18%	36%	100%	100%	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.1.8.2	1.26	Aumentar o número de famílias de acolhimento para crianças e jovens	ISS, IP	N.º de famílias de acolhimento	50	120	240%	75	182	243%	200	288	144%	300	386	129%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.1.8.2	1.27	Incrementar a rede de respostas de autonomia de vida destinadas a jovens integrados em acolhimento residencial, através de apartamentos de autonomia e equipas de autonomia supervisionada	ISS, IP	Capacidade de respostas sociais de autonomia de vida (apartamentos de autonomização e autonomia supervisionada)	164	252	154%	270	383	142%	300	461	154%	300	1 193	398%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.2.1	1.28	Realizar rastreios de saúde visual nos cuidados de saúde primários	ACSS, IP	Taxa de cobertura do rastreio de saúde visual infantil aos 2 anos	39%	S/I	--	49%	63%	129%	59%	56%	95%	69%		0%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.1	1.29	Realizar rastreio auditivo neonatal universal no sistema de saúde com recurso ao E-boletim de saúde Infantil e Juvenil da Notícia de Nascimento Digital	SPMS, EPE	% de RN que não passaram na 1ª e 2ª fase do Rastreio Auditivo Neonatal Universal e completaram avaliação auditiva diagnóstica até aos 3 meses de idade-recomendação >90%	70%	S/I	--	80%	S/I	--	85%	S/I	--	91%	S/I	--	Sem informação	Não Aferível
1	1.1.2.1	1.30	Disponibilizar consultórios de saúde oral nos cuidados de saúde primários, enquanto condição de equidade no acesso aos cuidados de saúde pública	ACSS, IP	N.º de gabinetes de saúde oral nos cuidados de saúde primários	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	120	36	30%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.1	1.31	Reforçar a atividade clínica regular pelas equipas comunitárias de saúde mental para a infância e a adolescência (ECSM - IA) nos cuidados de saúde primários, privilegiando as comunidades mais desfavorecidas (ou abrangendo os agregados familiares mais desfavorecidos)	DE-SNS	Taxa de ACeS em contextos desfavorecidos com atividade clínica regular assegurada por ECSM-IA	n.a.	n.a.	n.a.	5%		0%	10%		0%	25%		0%	Sem informação	Não Aferível
1	1.1.2.2	1.32	Garantir a cobertura total dos apoios no âmbito das políticas de Ação Social Escolar (ASE), assumidas como ferramentas fundamentais de combate às desigualdades e ao insucesso escolar	DGEstE/AGSE, I.P.	% de alunos do ensino básico e secundário beneficiários de ASE com apoios para visitas de estudo e acesso ao serviço de refeições escolares nos períodos de interrupção das atividades letivas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		0%	100%	100%	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.1.2.3	1.33	Desenvolver um programa em meio escolar de prevenção de comportamentos aditivos e dependências	ICAD, IP	N.º de alunos abrangidos pelo Programa Eu e os Outros	8 500	3 836	45%	9 000	3 627	40%	9 500	3 799	40%	9 500	3 529	37%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.3	1.34	Desenvolver programas preventivos de comportamentos aditivos e dependências em ambiente terapêutico	ICAD, IP	N.º de consultas de prevenção indicadas para adolescentes e jovens no âmbito dos CAD	12 000	14 452	120%	13 000	16 822	129%	14 000	14 551	104%	n/d	13 897	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.2.3	1.35	Desenvolver programas de intervenção preventiva de comportamentos aditivos e dependências na comunidade	ICAD, IP	N.º de jovens abrangidos por ação no âmbito dos programas de promoção da saúde juvenil	5 500	12 884	234%	6 000	12 502	208%	6 500	24 705	380%	7 000	37 148	531%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.2.3	1.36	Desenvolver programas de tratamento para pessoas com comportamentos aditivos e dependências	ICAD, IP	N.º de pessoas com CAD em tratamento abrangidas pelos programas	35 000	45 866	131%	35 000	47 183	135%	35 000	45 951	131%	35 000	47 006	134%	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.2.3	1.37	Rever o programa de tratamento e de reabilitação dirigidos a jovens com medidas judiciais com comportamentos aditivos e dependências (CAD) na perspetiva criminológica	ICAD, IP	Apresentação do programa	x	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Não iniciada	Não Aferível
1	1.1.2.4	1.38	Implementar o Programa de Saúde Mental e Parentalidade, para apoio na gravidez e primeiro ano de vida, nos Cuidados de Saúde Primários	CNPSM	Taxa de Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM) com programa implementado	n.a.	n.a.	n.a.	10%	10%	100%	10%	10%	100%	10%		0%	Não concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.1.2.4	1.39	Criar equipas comunitárias de saúde mental aptas à prestação de cuidados de saúde mental da infância e da adolescência, compostas por pedopsiquiatra, psicólogo, enfermeiro, assistente social, terapeuta ocupacional/psicomotricista	CNPSM	N.º de equipas comunitárias de saúde mental criadas nos termos do DL 113/2021, de 14 de dezembro	5	5	100%	4	0	0%	5	9	180%	6	4	67%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.4	1.40	Reforçar o quadro de profissionais dos serviços públicos de saúde mental da infância e adolescência	CNPSM	N.º de novos profissionais recrutados para os serviços públicos de saúde mental da infância e da adolescência	35	35	100%	35	0	0%	35	54	154%	35		0%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.5	1.41	Estabelecer protocolos de parceria entre os serviços locais de saúde mental, nomeadamente pedopsiquiatria e as Autarquias, para disponibilização na comunidade (fora do ambiente hospitalar) de instalações próprias para funcionamento das equipas comunitárias de saúde mental	CNPSM	N.º de protocolos estabelecidos	n.a.	n.a.	n.a.	5	0	0%	5	0	0%	5	0	0%	Não iniciada	Não Aferível
1	1.1.2.6	1.42	Melhorar a prestação de cuidados no domicílio através da dotação dos centros de saúde com viaturas elétricas	ACSS, IP	N.º de viaturas elétricas entregues	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	700	632	90%	778	0	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.6	1.43	Melhorar a cobertura das respostas de proximidade nos 18 ACeS em regiões de baixa densidade através do alargamento do número de unidades móveis disponíveis	ACSS, IP	N.º de unidades móveis em funcionamento em regiões de baixa densidade (incluindo multirastreio)	4	30	750%	14	28	200%	24	19	79%	34	0	0%	Concluída	Superior à Meta
1	1.1.2.7	1.44	Garantir a inscrição universal de todas as crianças no Registo Nacional de Utente e atribuição do Número Nacional de Utente (NNU) antes da alta da maternidade	ACSS, IP	Proporção de crianças com atribuição do NNU na maternidade no SNS	n.a.	n.a.	n.a.	70%	11%	15%	85%	22%	26%	100%	24%	24%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.2.7	1.45	Promover a avaliação universal do risco familiar e criação de base de dados de nascidos em tempo real, com respetiva atualização da notícia de nascimento digital antes da alta da maternidade e obrigatoriedade a todos os recém-nascidos	DGS	Proporção de crianças com avaliação do risco familiar na notícia de nascimento digital antes da alta da maternidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	70%		0%	100%		0%	Sem informação	Não Aferível
1	1.1.2.7	1.46	Melhorar a capacidade de identificação precoce de risco familiar através da concretização da vigilância os recém-nascidos com risco familiar identificado	DGS	Proporção de recém-nascidos, com pelo menos uma consulta médica de vigilância realizada até aos 28 dias de vida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	85%	84%	99%	90%		0%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.2.8	1.47	Desenvolver o sistema de registo de saúde na área das crianças e jovens em risco para permitir o rastreio, deteção, intervenção e sinalização de casos	DGS	Disponibilização do módulo específico de registo na área das crianças e jovens em risco no E-Boletim de Saúde Infantil e Juvenil e Notícia de Nascimento Digital, integrado no Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.2.8	1.48	Desenvolver o sistema de registo de saúde na área da violência interpessoal	DGS	Disponibilização a todos os profissionais do SNS do formulário atualizado do Registo Clínico de Violência em Adultos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.2.9	1.49	Implementar o programa de cartões sociais que permita a aquisição de alimentos diretamente pelas famílias	ISS, IP	N.º de destinatários abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	45 000		0%	n.a.*	45 000	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.1.3.1.1	1.50	Mobilizar as autarquias através da assinatura de Estratégias Locais de Habitação que promovam soluções habitacionais integradas	IHRU, IP	N.º de acordos de colaboração para as ELH assinados	102	212	208%	260	259	100%	275	264	96%	308	279	91%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.3.1.1	1.51	Executar o programa 1º Direito tendo em vista a eliminação das carências habitacionais graves	IHRU, IP	N.º de fogos construídos ou intervencionados no âmbito do 1º Direito	400	561	140%	1 500	1 537	102%	3 000	1 850	62%	10 000	36 391	364%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.3.1.2	1.52	Manter a tarifa social de eletricidade e de gás natural	DGEG	Disponibilidade da tarifa social de eletricidade e gás natural	x	Sim	100%	x	Sim	100%	X	Sim	100%	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.1.3.1.2	1.53	Manter a execução do programa Bilha Solidária de apoio à aquisição de gás de petróleo liquefeito	FA	Disponibilidade do programa Bilha Solidária	x		0%	x	Sim	100%	X		0%	x		0%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.1.3.1.2	1.54	Reduzir o IVA da eletricidade de 23% para 6% para os primeiros 100kWh consumidos por mês, majorados em 50% no caso de famílias numerosas	ApC, I. P.	Alteração legislativa - Lei n.º 19/2022 de 21 de outubro	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.3.1.3	1.55	Alargar a implementação da nova geração dos contratos locais de segurança em articulação com os municípios	AG-MAI	N.º de novos contratos locais de segurança	n.a.	n.a.	n.a.	10		0%	10	8	80%	10		0%	Concluída	Inferior à Meta
1	1.1.3.2	1.56	Implementar o Programa Porta de Entrada protocolando com os municípios esta resposta às necessidades de alojamento urgente em resultado de acontecimentos imprevisíveis ou excecionais	IHRU, IP	N.º de Municípios com o programa implementado	100	101	101%	114	119	104%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	127	n.a.	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.1.3.4	1.57	Apoiar as famílias na redução da fatura energética e na melhoria do conforto térmico das suas habitações através da execução da medida Vale Eficiência	FA	N.º de famílias apoiadas	13 375	5 262	39%	15 000	5 716	38%	35 000	6 354	18%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Inferior à Meta
1	1.1.3.5	1.58	Atribuir o apoio extraordinário previsto ao pagamento das rendas de inquilinos com sobreesforço nos encargos com a habitação	IHRU, IP	N.º de beneficiários	n.a.	n.a.	n.a.	185 000	236 661	128%	185 000	233 323	126%	185 000	188 301	102%	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.1.3.5	1.59	Estender o programa Porta 65 a arrendatários que registem uma quebra de rendimentos superior a 20%, independentemente da idade - Porta 65+	IHRU, IP	Alteração legislativa – Decreto-Lei n.º 38/2023, de 29 de maio	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.3.5	1.60	Apoiar o pagamento da prestação do crédito à habitação através da bonificação temporária do encargo com juros	ETF	Alteração legislativa - Decreto-Lei n.º 20-B/2023	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.3.6	1.61	Limitar a 2% da atualização das rendas nos contratos de arrendamento em que se aplica o coeficiente de atualização anual, no ano de 2023	AG-MIH	Alteração legislativa - Lei n.º 19/2022 de 21 de outubro	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.1.3.6	1.62	Manter os inquilinos em situação de vulnerabilidade no Regime do Arrendamento Urbano anterior ao NRAU com compensação dos senhorios	AG-MIH	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.1	1.63	Implementar medidas de discriminação positiva para agregados familiares com crianças a cargo	AG-MTSSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X		0%	n.a.	n.a.	n.a.	Sem informação	Não Aferível
1	1.2.1	1.64	Concretizar medidas específicas de promoção da empregabilidade de jovens provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica, no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de pessoas apoiadas na integração em mercado de trabalho	n.a.	n.a.	n.a.	400	417	104%	450	1 040	231%	500	646	129%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.2.2.1	1.65	Implementar a «Garantia para a Infância» em 2023 e anos seguintes, com a atribuição de um complemento ao abono de família a todas as crianças e jovens menores de 18 anos em risco de pobreza extrema, perfazendo 100€ mensais e 122€ a partir de 2024	ISS, IP	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.2.1	1.66	Aumentar para 50% do valor da majoração por monoparentalidade no 1.º escalão do Abono de Família, e para 42,5% no 2.º, 3.º e 4.º escalões	ISS, IP	Alteração legislativa - Portaria n.º 34/2023, de 25 de janeiro	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.2.2	1.67	Efetivar a dispensa da cobrança de taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e nas demais prestações de saúde com origem na referenciação for o SNS	AG-MS	Alteração do regime jurídico - Decreto-Lei n.º 37/2022, de 27 de maio	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.2.3	1.68	Aumentar o valor do abono de família	ISS, IP	N.º de crianças e jovens abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	480 000		0%	1 100 000	1 124 013	102%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.2.2.3	1.69	Implementar abono de família automático	ISS, IP	Entrada em vigor	x	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.2.4	1.70	Promover a formação de professores e psicólogos escolares para a atuação em situações de pobreza e exclusão, priorizando escolas de contextos desfavorecidos	DGE/EduQA, I.P.	N.º de professores e psicólogos escolares com a formação concretizada	50	2 096	4192%	50	601	1202%	50	233	466%	50	2 773	5546%	Concluída	Superior à Meta
1	1.2.2.5	1.71	Assegurar um técnico de referência às famílias em situação de carência social abrangidas por SAAS e RSI	ISS, IP	% de famílias beneficiárias	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100%		0%	n.a.	n.a.	n.a.	Sem informação	Não Aferível
1	1.2.2.6	1.72	Acompanhar, monitorizar e avaliar a evolução as condições de vida e de pobreza a nível local, municipal e regional	GEP	Produção de relatório anual	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.2.2.7	1.73	Aumentar para 900 euros a dedução à coleta por dependente, como forma de assegurar uma redução na carga fiscal de famílias com dependentes, dedução que em 2021 se situava em 600 euros	AT	Alteração legislativa- Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE2023)	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
1	1.2.3	1.74	Aumentar e capacitar a resposta de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental existentes	ISS, IP	N.º de novos CAFAP	n.a.	n.a.	n.a.	20	7	35%	20	31	155%	20	32	160%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.1	1.75	Desenvolver mecanismos de participação das crianças e jovens de contextos mais vulneráveis no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de crianças e jovens envolvidos/as em Assembleias de Jovens dos projetos Escolhas	n.a.	n.a.	n.a.	2 000	3 250	163%	2 500	5 452	218%	2 750	5 305	193%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.1	1.76	Reforçar a participação ativa das crianças e jovens no espaço escolar através da iniciativa «Voz dos Alunos», priorizando contextos desfavorecidos e valorizando a sua perspetiva e capacidade de decisão sobre temáticas relevantes	DGE/EduQA, I.P.	N.º de alunos abrangidos no âmbito da «Voz dos Alunos», em escolas de contextos desfavorecidos (Escolas TEIP)	100 000	1 910	2%	150 000	3 812	3%	175 000	110 801	63%	200 000		0%	Concluída	Inferior à Meta
1	1.3.2	1.77	Promover o acesso universal a atividades extracurriculares, abrangendo nomeadamente crianças com deficiência e crianças vulneráveis e em risco de exclusão	DGEstE/AGSE, I.P.	N.º de alunos beneficiários de ASE a que é garantido o acesso a Atividades Extracurriculares	n/d	73 169		n/d	100 614		n/d			n/d			Sem informação	Não Aferível
1	1.3.3	1.78	Realizar iniciativas de promoção do ensino e de combate ao abandono escolar dirigidas a crianças das comunidades ciganas, migrantes e descendentes em especial as raparigas	AIMA, IP	N.º de atividades de promoção do ensino e do combate ao abandono escolar	n/d			2		0%	2	3	150%	3	2	67%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
1	1.3.3	1.79	Realizar um estudo com vista à elaboração de um programa de disponibilização de produtos de higiene menstrual e contraceptivos	DGS	Apresentação do estudo	n.a.	n.a.	n.a.	x	S/I	--	n.a.*	x		n.a.*	x	Sim	Concluída	Igual à Meta
1	1.3.3	1.80	Promover ações de sensibilização e formação dirigidas a associações de imigrantes, em especial a dirigentes e líderes associativos, sobre a discriminação das mulheres imigrantes, negras, afrodescendentes e ciganas	AIMA, IP	N.º de ações de sensibilização e formação	n/d			2	3	150%	2	0	0%	2	12	600%	Concluída	Superior à Meta
1	1.3.3	1.81	Promover a generalização da prática desportiva através da implementação do Programa Nacional Desporto para Todos	IPDJ, IP	N.º de jovens em situação de pobreza envolvidos em atividades desportivas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	650	9 831	1512%	800	31004	3876%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.3	1.82	Promover iniciativas que utilizam métodos ativos de expressão, através da execução do Dispositivo 2.2 Educação para a Saúde, da medida 2 do programa Cuida-te+	IPDJ, IP	N.º de jovens participantes	7 297	7 862	108%	10 000	7 246	72%	10 000	7 727	77%	10 000	10 249	102%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
1	1.3.3	1.83	Promover a atividade desportiva de jovens e crianças de contextos mais vulneráveis através da implementação do Clube Escolhas	IPDJ, IP	N.º de jovens participantes no Clube Escolhas	n.a.	n.a.	n.a.	250	606	242%	250	757	303%	250	834	334%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.3	1.84	Promover, no âmbito do plano individual de integração de crianças e jovens migrantes, ações que incluam a prática desportiva e a valorização da diversidade humana e cultural	IPDJ, IP	N.º de crianças e jovens abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	500		0%	500	5 739	1148%	500	6 088	1218%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.3	1.85	Desenvolver material educativo para professores e educadores sobre produção alimentar e promoção de hábitos alimentares saudáveis no âmbito das Medidas Educativas de Acompanhamento	GPP	N.º de escolas com MEA realizadas no âmbito do Estratégia Nacional do Regime Escolar para o período 2023-2029	1 500	6 093	406%	2 000	4 841	242%	2 500	4 687	187%	3 000	5 526	184%	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
1	1.3.3	1.86	Desenvolver ações de sensibilização sobre o combate ao desperdício alimentar para a população em idade escolar	GPP	N.º de escolas abrangidas por ações de sensibilização em formato presencial ou online	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	150	315	210%	200	315	158%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
1	1.3.3	1.87	Promover a sustentabilidade ambiental e social e combate à pobreza energética através do desenvolvimento de programas, conteúdos e ações educativas com vista ao aumento de literacia energética	ADENE	N.º de ações educativas	n/d	111		n/d	144		150	177	118%	180	217	121%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.1.1	2.1	Aprovar legislação que assegure a atribuição de um subsídio de deslocação a alunos que não dispõem de oferta de ensino secundário no concelho onde residem	DGEstE/AGSE, I.P.	Aprovação de Despacho que atribui o subsídio de deslocação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.1.2	2.2	Disponibilizar conteúdos na Biblioteca Nacional Digital, permitindo o acesso às coleções de património cultural a todos	GEPAC	N.º de conteúdos disponíveis	n.a.	n.a.	n.a.	400 000	1 539 414	385%	600 000	299 919	50%	600 000	718 068	120%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.1.2	2.3	Disponibilizar imagens digitais das coleções de Museus, Monumentos e Palácios pertencentes à DGPC e DRC, permitindo a todos o acesso às respetivas coleções	GEPAC	N.º de digitalizações / disponibilização de imagens	n.a.	n.a.	n.a.	14 875	0	0%	14 875	23 137	156%	14 875	51 881	349%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.1.2	2.4	Promover bilhetes sociais nos equipamentos credenciados na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses	GEPAC	N.º de teatros e cineteatros com bilhete social	n.a.	n.a.	n.a.	85	96	113%	95	98	103%	120	103	86%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.1.2	2.5	Promover a acessibilidade ao património cultural, através da gratuitidade no acesso aos Museus e Monumentos Nacionais, em particular por grupos desfavorecidos	GEPAC	N.º de entradas gratuitas	380 000	831 919	219%	400 000	878 728	220%	420 000	1 706 487	406%	440 000	1 861 931	423%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.1.2	2.6	Conceber e disponibilizar de forma universal e gratuita visitas virtuais a Museus, Monumentos e Palácios, melhorando a experiência cultural e permitindo o alargamento do seu acesso a novos públicos	GEPAC	N.º de visitas virtuais	n.a.	n.a.	n.a.	21	0	0%	21	16	76%	23	54	235%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.1.2	2.7	Alargar os projetos no âmbito dos Clubes de Ciência Viva na Escola, priorizando escolas de contextos desfavorecidos	Ciência Viva	N.º de jovens envolvidos	n/d	1 321 527		n/d	1 030 470		n/d	575 498		n/d	687 274	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Não Aferível
2	2.1.1.2	2.8	Aumentar os Projetos Culturais de Escola, nomeadamente em escolas situadas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)	PNA	N.º de novos Agrupamentos de Escola (AE) e Escolas Não Agrupadas (ENA) TEIP com Projetos Culturais de Escola	40	13	33%	10	29	290%	10	6	60%	10	11	110%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.1.3	2.9	Criar um contingente prioritário para estudantes beneficiários de escalão A de ação social no acesso a cursos de formação inicial no ensino superior	DGES/IES, I.P.	N.º de vagas criadas ao abrigo dos contingentes prioritários criados	n.a.	n.a.	n.a.	1 500	2 057	137%	3 000	2 254	75%	3 000	2 278	76%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.1.5	2.10	Reforçar a oferta do alojamento estudantil a preços regulados com a concretização do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES)	DGES/IES, I.P.	N.º de camas disponibilizadas ao abrigo do PNAES	n.a.	n.a.	n.a.	1 652	773	47%	8 233	1 520	18%	16 171	3 744	23%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.1.5	2.11	Aumentar o limiar de elegibilidade no acesso à ação social no ensino superior	DGES/IES, I.P.	N.º de bolseiros de ação social	n.a.	n.a.	n.a.	90 000	103 715	115%	97 000	98 119	101%	98 500	98 441	100%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
2	2.1.1.6	2.12	Reforçar e alargar o Programa Nacional de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior	DGES/IES, I.P.	N.º de projetos financiados	n.a.	n.a.	n.a.	24	39	163%	35	39	111%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Superior à Meta
2	2.1.2	2.13	Realizar um estudo de avaliação sobre a adequação das políticas de formação e de emprego ativas	IEFP, IP	Definição de metodologia de avaliação (IEFP, IP) sobre o impacto das medidas atualmente em execução	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.3	2.14	Reforçar a captação de adultos para a conclusão de percursos incompletos, no âmbito do incentivo Acelerador Qualifica, incluindo a atribuição de um apoio financeiro à conclusão de qualificações através da modalidade RVCC	ANQEP, IP	N.º de pessoas abrangidas	30 000	29 314	98%	55 000	48 958	89%	80 000	68 402	86%	100 000	96 206	96%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.4	2.15	Reduzir o período experimental para jovens que já tenham tido contratos a termo na mesma atividade, mesmo que com outro empregador, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.4	2.16	Valorizar os estágios profissionais com a obrigatoriedade de remuneração, de proteção social e de seguro de acidentes de trabalho a par do aumento do valor da bolsa de estágio do IEFP para licenciados para €960,00,no âmbito da Agenda do Trabalho Digno	IEFP, IP	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.4	2.17	Simplificar os contratos de trabalho dos Trabalhadores-estudantes e permitir a acumulação com do abono de família, das bolsas de estudo e das pensões de sobrevivência com o salário, até ao limite de 14 vezes o salário mínimo nacional	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.4	2.18	Lançar o Programa Avançar de incentivo à contratação sem termo de jovens qualificados com retribuição mínima de 1.330 €, combinando um apoio financeiro à entidade empregadora com uma bolsa mensal de 150 € durante o primeiro ano de vigência do contrato de trabalho	IEFP, IP	Alteração legislativa - Portaria n.º 187/2023, de 3 de julho	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.5	2.19	Lançar a medida Compromisso Emprego Sustentável, de incentivo à contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP, através de um apoio financeiro à entidade empregadora, majorado em 25% no caso de contratação de jovens até 35 anos ou no caso de remunerações a partir 1.330 €, acumuláveis	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	30 000	15 608	52%	n.a.	577	n.a.	Concluída	Inferior à Meta
2	2.1.6	2.20	Focar as políticas de colocação no mercado de trabalho nos territórios do interior, através da aprovação de medidas de apoio específicas como o Interior Mais, de apoio à mobilidade geográfica de trabalhadores para territórios do interior, e da criação de majorações aos apoios concedidos pela contratação em territórios do interior	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	4 000	7 328	183%	4 800	7 503	156%	5 200	2 418	47%	5 600	6 478	116%	Concluída	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
2	2.1.7.1	2.21	Ampliação do parque habitacional público a preços acessíveis, designadamente através da reabilitação de património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional, garantindo a existência de oferta de habitações de rendas acessíveis no parque de habitação pública	IHRU, IP	N.º de agregados abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	520	174	33%	1400	1847	132%	Suspensa / Descontinuada	Superior à Meta
2	2.1.7.1	2.22	Alterar a forma de atribuição do Porta 65 Jovem, passando as candidaturas a estar disponíveis em contínuo e, desse modo, alargar o leque potencial de candidatos	IHRU, IP	N.º de agregados abrangidos	11 000	5 161	47%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	22 000	25 117	114%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.7.1	2.23	Executar o Programa Arrendar para Subarrendar (PAS) com o arrendamento por parte do Estado de frações habitacionais para colocação em renda acessível, designadamente por jovens	IHRU, IP	N.º de agregados abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	320	101	32%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
2	2.1.8	2.24	Avaliar as necessidades de contratação de psicólogos na Rede de Cuidados de Saúde Primários e propor Plano calendarizado	ACSS, IP	Aprovação do Plano	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X		0%	n.a.	n.a.	n.a.	Sem informação	Não Aferível
2	2.1.8	2.25	Promover ações de literacia junto de famílias e cuidadores/as, em matéria de promoção de competências parentais e prevenção de relações abusivas	DGS	N.º de pessoas envolvidas nas ações de literacia realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	100		0%	150	340	227%	200	S/I	S/I	Concluída com continuidade	Não Aferível
2	2.1.8	2.26	Concretizar um programa de promoção da saúde mental no contexto do ensino superior	DGES/IES, I.P.	Aprovação do programa elaborado pela comissão técnica	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.9	2.27	Realizar ações e campanhas de sensibilização para a igualdade, diversidade, cidadania e não discriminação, dirigidas ao público em geral e junto de grupos específicos	AIMA, IP	N.º de ações de sensibilização para a igualdade, diversidade, cidadania e não discriminação	2	13	650%	27	10	37%	34	15	44%	42	40	95%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
2	2.1.9	2.28	Lançar um Livro Branco Sobre Discriminação Múltipla e Interseccional que promova o debate, reflexão e visibilidade em torno da temática do combate à discriminação	CIG	Apresentação do Livro Branco Sobre Discriminação Múltipla e Interseccional	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
2	2.1.9	2.29	Implementar programas de formação e capacitação de diferentes públicos estratégicos	AIMA, IP	N.º de ações de formação e capacitação	n.a.	n.a.	n.a.	23	7	30%	28	16	57%	31	37	119%	Concluída	Inferior à Meta
2	2.1.10	2.30	Alargar as atividades promotoras de competências digitais concretizadas pelos Centros de Inclusão Digital do Programa Escolhas	IPDJ, IP	N.º de crianças e jovens envolvidos/as em atividades promotoras de competências TIC	n.a.	n.a.	n.a.	8 000	11 487	144%	9 000	16 413	182%	9 500	15 828	167%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
2	2.1.11	2.31	Elaborar um guia de boas práticas, baseado na evidência, na avaliação, orientação e referenciação de cidadãos com problemas no uso de tecnologias digitais de comunicação e entretenimento dirigidas a diversos contextos	ICAD, IP	Produção e divulgação do guia de boas práticas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Inferior à Meta
2	2.1.12	2.32	Apoiar o desenvolvimento de projetos sociais pelo movimento associativo na área do Desporto para Todos	IPDJ, IP	N.º de projetos apoiados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	75	23	31%	100	86	86%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
2	2.1.12	2.33	Reconhecer boas práticas de promoção do Desporto como ferramenta de combate à pobreza	IPDJ, IP	N.º de boas práticas reconhecidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	5	0	0%	5	0	0%	Não iniciada	Não Aferível
3	3.1.1	3.1	Disponibilizar uma oferta formativa nos Centros Qualifica adaptada aos perfis escolares e profissionais de cada pessoa, promovendo assim a qualificação e a empregabilidade dos adultos	ANQEP, IP	N.º de certificações	250 000	284 145	114%	260 000	294 228	113%	270 000	200 989	74%	280 000	420 533	150%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.1	3.2	Promover a frequência de cursos de Formação Modular, que oferecem percursos flexíveis, modularizados e capitalizáveis, para obtenção de qualificações de nível 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações	ANQEP, IP	N.º de pessoas abrangidas	600 000	699 376	117%	630 000	451 461	72%	650 000	457 412	70%	670 000	658 372	98%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.1.1	3.3	Promover a frequência de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) que visam conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada, incluindo em contexto de trabalho	ANQEP, IP	N.º de pessoas abrangidas	4 000	70	2%	5 000	912	18%	6 000	1 933	32%	7 000	5 331	76%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.1.1	3.4	Alinhar os referenciais de competências de formação e de RVCC com as necessidades do mercado de trabalho, com base no diagnóstico já realizado	ANQEP, IP	Publicação dos referenciais no Catálogo Nacional de Qualificações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
3	3.1.1	3.5	Promover a informação e a orientação escolar e profissional, em particular dos mais desfavorecidos, proporcionando-lhes o contacto com um leque de ofertas que lhes permitam escolhas informadas e promotoras de mobilidade social	ANQEP, IP	N.º de inscrições em Centros Qualifica	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	500 000	707 441	141%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.2	3.6	Alargar e densificar a rede de Centros Qualifica com a criação de Balcões Qualifica, de maior proximidade local e através, nomeadamente, de protocolos com outras entidades no território	ANQEP, IP	N.º de Balcões Qualifica criados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	30		0%	Não iniciada	Não Aferível
3	3.1.3	3.7	Reforçar a oferta dos cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) destinados a cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, cuja língua materna não é a língua portuguesa e/ou que precisem melhorar as suas competências na língua portuguesa	ANQEP, IP	N.º de pessoas abrangidas nos cursos de PLA	24 000	28 052	117%	28 000	34 337	123%	32 000	47 515	148%	35 000	55 298	158%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.3	3.8	Integrar públicos com muito baixas qualificações nos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que, sendo flexíveis e de duração variável, permitem o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível de educação básico ou secundário	ANQEP, IP	N.º de pessoas abrangidas nos cursos EFA	25 000	33 444	134%	30 000	27 792	93%	35 000	23 136	66%	40 000	29 568	74%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.1.3	3.9	Implementar projetos locais promotores de qualificações de nível B1/B2/B3 criados, de modo a concretizar o Plano Nacional de Literacia de Adultos	ANQEP, IP	N.º de adultos abrangidos no âmbito dos Projetos Locais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	22 500	24 356	108%	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
3	3.1.4	3.10	Implementar um Programa de formação e qualificação para concretizar e densificar o Mercado Social de Emprego, melhorando as oportunidades de emprego dos públicos mais afastados do mercado de trabalho, bem como a sua participação cívica e na vida social	IEFP, IP	Implementação da iniciativa formativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Não iniciada	Não Aferível
3	3.1.4	3.11	Realizar workshops nos estabelecimentos prisionais e nos centros educativos com o intuito de informar os jovens sobre as opções existentes no que respeita a cursos	DGRSP	N.º de workshops realizados	5	12	240%	5	30	600%	5	16	320%	5	42	840%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.4	3.12	Atribuir um incentivo financeiro ao acesso e permanência de jovens no ensino básico e secundário em meio prisional	DGRSP	Publicação de portaria (prevista no artigo 39.º , n.º 1, do CEP MPL, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.1.5	3.13	Incorporar a formação e a qualificação nos programas de política ativa e de proteção social	AG-MTSSS	Adaptação do quadro regulamentar	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	X		0%	x		0%	Sem informação	Não Aferível
3	3.1.6	3.14	Integrar públicos com muito baixas qualificações e em maior risco de exclusão do mercado de trabalho em ações de formação profissional para capacitação de competências digitais (Competências Digitais e Emprego + Digital)	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	50 000	89 129	178%	60 000	151 722	253%	70 000	147 726	211%	Concluída	Superior à Meta
3	3.1.8	3.15	Lançar um programa de Apoio à Contratação e Empregabilidade das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, que preveja também uma vertente de empreendedorismo e criação do próprio emprego	IEFP, IP	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Não iniciada	Não Aferível
3	3.1.9	3.16	Promover a integração de pessoas com CAD em ações de formação profissional e em medidas de emprego e colocação no mercado de emprego	ICAD, IP	N.º de pessoas acompanhadas	400	769	192%	450	855	190%	500	508	102%	550	509	93%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.10	3.17	Monitorizar as diferenças remuneratórias em função do género em todas as entidades empregadoras	ACT	Notificação das entidades empregadoras	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	X		0%	X	Sim	100%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.1.10	3.18	Implementar e monitorizar o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade	AG-MTSSS	Avaliação anual	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	X		0%	x		0%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
3	3.1.10	3.19	Atualizar anualmente os escalões de IRS, assegurando o princípio da neutralidade fiscal das atualizações salariais e a progressividade deste imposto	AT	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	X	Sim	100%	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
3	3.1.10	3.20	Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de IRS do segundo escalão, aumentando a progressividade do imposto e refletindo-se na taxa média que se aplica nos restantes escalões com uma consequente redução da carga fiscal	AT	Alteração legislativa - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE2023)	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.1.10	3.21	Reformular as regras do mínimo de existência, garantindo uma maior progressividade do imposto e proteção dos rendimentos mais baixos	AT	Alteração legislativa - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE2023)	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
3	3.1.10	3.22	Reformular o modelo de retenção na fonte corrigindo elementos de regressividade por forma a que um aumento do rendimento bruto num determinado mês corresponda sempre a um aumento do rendimento líquido	AT	Alteração legislativa - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE2023)	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.1.10	3.23	Redução transversal do IRS no ano de 2024 com uma redução das taxas marginais até ao 5º escalão acompanhada de uma atualização de 3% dos limites de rendimento dos escalões, acompanhada do reforço do mínimo de existência, assegurando a não sujeição a IRS do salário mínimo nacional	AG-MF	Alteração legislativa - OE 2024	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	1	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.1.11	3.24	Início da operacionalização do Balcao Único do Trabalhador e da Empresa com a disponibilização destes serviços através de e-balcao	IEFP, IP	Abertura dos 1ºs balcões	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Não iniciada	Não Aferível
3	3.1.12	3.25	Realizar ações de sensibilização de História e Cultura Cigana junto de entidades de serviços públicos	AIMA, IP	N.º de ações	n.a.	n.a.	n.a.	15	34	227%	15	25	167%	15	25	167%	Concluída	Superior à Meta
3	3.1.12	3.26	Promover ações de formação com vista à atualização de competências dos trabalhadores dos serviços públicos de emprego, de segurança social e da inspeção do trabalho, no seguimento da aprovação da Agenda do Trabalho Digno	IEFP, IP ISS, IP ACT	% de trabalhadores abrangidos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100%		0%	n.a.*			Concluída com ajustamentos	Não Aferível
3	3.1.12	3.27	Concretizar o programa de formação "Infoexclusão Zero", que visa conceber formação para promover a inclusão digital na Administração Pública, através da redução do número de pessoas sem competências digitais básicas	INA, IP	N.º de participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2 500	7 768	311%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.1.12	3.28	Implementar formações na área da cidadania e direitos, capacitando os trabalhadores da AP em temas como defesa e concretização de direitos fundamentais, a proteção multinível dos direitos humanos, a promoção da igualdade e inclusão	INA, IP	N.º de participantes	10 000	10 543	105%	8 000	8 898	111%	8 000	7 754	97%	8 000	12 611	158%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.2.1	3.29	Lançar o projeto piloto de integração socioprofissional de pessoas com CAD assente numa nova metodologia que contemple uma vertente prática de treino de competências pessoais, sociais e profissionais, para uma resposta multidisciplinar integrada de formação e emprego	IEFP, IP	Lançamento do projeto piloto	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	n.a.*	20		n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Igual à Meta
3	3.2.2	3.30	Realizar visitas a entidades empregadoras com vista a divulgar e promover a implementação de estratégias inclusivas de recrutamento, de oportunidades salariais e de progressão na carreira	IEFP, IP	N.º de visitas	96 379	96 379	100%	98 000	99 143	101%	100 000	103 367	103%	100 000	104 552	105%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.2.3	3.31	Realizar estudos de avaliação das medidas de formação e das medidas de emprego no que se refere aos mecanismos de diferenciação positiva para adequação das medidas	IEFP, IP	N.º de estudos realizados	n.a.	n.a.	n.a.	1	0	0%	1	0	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Não iniciada	Não Aferível

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
3	3.2.4	3.32	Apoiar a transição de pessoas no mercado de trabalho, com enfoque no sector verde, através do programa Trabalho e Competências Verdes / Green Skills & Jobs, que visa a formação profissional e a requalificação de desempregados e de trabalhadores no âmbito da aceleração da transição e eficiência energética	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	5 000	9 100	182%	10 000	843	8%	10 000	254	3%	Concluída	Inferior à Meta
3	3.2.4	3.33	Apoiar a renovação de competências no mercado de trabalho, com enfoque no setor digital através do Programa Jovem + Digital, orientado para jovens adultos, com o Programa Upskill, orientado para pessoas desempregados ou em subemprego	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	6 900	6 954	101%	8 800	8 181	93%	9 000	9 004	100%	9 000	8 709	97%	Concluída	Inferior à Meta
3	3.2.4	3.34	Criar um centro protocolar de formação profissional para a Transição Energética com o intuito de promover a realização de formação profissional e o reconhecimento, validação e certificação de competências nas áreas da transição energética e da ação climática	IEFP, IP	Publicação de portaria - Portaria n.º 163/2023, de 14 de junho	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.5	3.35	Desenvolver um novo processo de acompanhamento que assegure o acesso a formação profissional por trabalhadores de empresas em reestruturação, de forma a permitir o exercício de diferentes postos de trabalho na mesma empresa ou o exercício de outra atividade em empresa ou setor diferente	IEFP, IP	Publicação de portaria	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.6	3.36	Criar um centro protocolar de formação profissional para o setor da Economia Social, com vista à capacitação das entidades da economia social, à promoção da realização de formação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências, e à prestação de serviços e apoio técnico a entidades no âmbito da economia social	IEFP, IP	Publicação de portaria - Portaria n.º 302/2022, de 21 de dezembro	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.7	3.37	Implementar uma medida de apoio ao empreendedorismo e geração de emprego no âmbito da medida Empreende XXI, com vista à promoção da criação de empresas, da criação do próprio emprego e a implementação de projetos em áreas inovadoras	IEFP, IP	N.º de pessoas abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	1 000	28	3%	1 000	313	31%	1 000	0	0%	Concluída	Inferior à Meta
3	3.2.8	3.38	Desenvolver no âmbito do Mercado Social de Emprego, um projeto-piloto de acompanhamento de públicos muito desfavorecidos antes, durante e após a sua efetiva integração no mercado de trabalho.	IEFP, IP	N.º de projetos piloto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1	0	0%	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
3	3.2.9	3.39	Criar medidas de política orientadas para as necessidades identificadas no estudo complementar de avaliação das medidas de formação e emprego no que se refere aos mecanismos de diferenciação positiva	IEFP, IP	N.º de pessoas de grupos e territórios muito desfavorecidos abrangidas	20 000	0	0%	25 000	0	0%	30 000	0	0%	35 000	777	2%	Concluída	Inferior à Meta
3	3.2.10	3.40	Lançar o Programa Nacional de Mercado Social de Emprego	IEFP, IP	Publicação de resolução de conselho de ministros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
3	3.2.10.1	3.41	Implementar uma medida de apoio ao empreendedorismo e geração de emprego no âmbito da medida Empreende XXI, com vista à promoção da criação de empresas, da criação do próprio emprego e a implementação de projetos em áreas inovadoras	IEFP, IP	Aprovação da medida	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.10.2	3.42	Realizar uma iniciativa piloto para a criação e funcionamento de Incubadoras Sociais de Emprego (ISE)	IEFP, IP	N.º de ISE criadas no âmbito do projeto piloto	17	17	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.10.2	3.43	Alargar as Incubadoras Sociais de Emprego com base nos resultados e avaliação do projeto piloto	IEFP, IP	N.º de ISE criadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	50	0	0%	50	0	0%	Não iniciada	Não Aferível
3	3.2.11	3.44	Implementar a Nova Geração do Programa dos Contratos de Desenvolvimento Social, de forma multisetorial e integrada, à escala local, através de projetos e de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social nos territórios	ISS, IP	N.º de Projetos de Desenvolvimento Social e Comunitário apoiados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	185	270	146%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.2.12	3.45	Criar um centro protocolar de formação profissional para o envelhecimento ativo com o intuito de promover a capacitação dos prestadores de cuidados aos idosos, a realização de formação profissional e o reconhecimento, validação e certificação de competências no âmbito da prestação de cuidados a idosos	IEFP, IP	Publicação de portaria - Portaria n.º 119/2023, de 11 de maio	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.2.13	3.46	Reforçar a integração de beneficiários RSI elegíveis em medidas ativas de emprego e de formação profissional, de modo a melhorar as suas condições de inserção socio profissional e reforçar as condições de viabilidade e sustentabilidade dos trajetos de inclusão e de empregabilidade	IEFP, IP	% de beneficiários RSI integrados em medidas ativas de emprego e de formação profissional face ao total de beneficiários elegíveis	23%	10%	44%	35%	10%	28%	75%	15%	20%	90%	15%	17%	Concluída	Inferior à Meta
3	3.3.1	3.47	Assinar um acordo de rendimentos na Concertação Social de médio prazo que define uma trajetória de atualização para o salário mínimo	AG-MTSSS	Assinatura do acordo	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.1	3.48	Implementar um programa de combate à precariedade assente na criminalização do trabalho não declarado, na fiscalização automática com cruzamento de dados para a conversão de falsos contratos de trabalho a termo, na redução para 4 do número de renovações de contratos temporários e diminuição para 4 anos do limite duração destes contratos celebrados para o mesmo empregador, e na obrigação de um registo semanal dos trabalhadores temporários nas explorações agrícolas e nos estaleiros	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.2	3.49	Aprovar medidas de discriminação positiva para as empresas com contratação coletiva dinâmica no acesso a apoios públicos nacionais e europeus e no acesso a incentivos financeiros e fiscais, e aprovar mecanismos para prevenção de situações de caducidade das convenções coletivas	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
3	3.3.3	3.50	Regular o trabalho em plataformas consagrando um princípio de laboralidade	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.4	3.51	Aprovar uma medida específica para o reingresso no mercado de trabalho dos desempregados de longa duração, permitindo a acumulação do subsídio de desemprego com rendimentos de trabalho	AG-MTSSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.5	3.52	Criminalizar o trabalho não declarado (ao fim de 6 meses) e o pagamento retroativo de um mínimo correspondente a um ano de contribuições à Segurança Social, e implementação de normas de regulação do trabalho em plataformas, estabelecendo uma presunção de laboralidade que confere mais direitos a estes trabalhadores	AG-MTSSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.6	3.53	Aprovar a interconexão de dados entre vários organismos e serviços públicos, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno	AG-MTSSS	Alteração legislativa - Lei n.º 13/2023, de 3 de abril	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
3	3.3.7	3.54	Promover a produção e edição de análises, estudos, estatísticas e indicadores, no âmbito da capacitação dos parceiros sociais, com relevância, designadamente, para a definição de estratégias que promovam a inovação e a competitividade do tecido empresarial e a promoção da participação dos trabalhadores nas organizações	PESSOAS 2030	N.º de estudos, análises e estatísticas produzidos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100	4	4%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.3.7	3.55	Promover ações de formação e de sensibilização, no âmbito da capacitação dos parceiros sociais, tendo em vista melhorar a capacidade de intervenção dos parceiros sociais, nomeadamente, nos domínios da informação e sobre mecanismos de participação e negociação no âmbito das políticas sociais	PESSOAS 2030	N.º de iniciativas de capacitação, sensibilização e divulgação realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100	144	144%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
3	3.3.8	3.56	Desenvolver uma ferramenta tecnológica que facilite a avaliação de risco psicossocial nas empresas, e promova uma melhor vigilância da saúde dos trabalhadores no âmbito da Saúde e Segurança do Trabalho	ACT	Criação da ferramenta tecnológica	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
3	3.3.8	3.57	Elaborar um guia de boas práticas sobre promoção da saúde nos locais de trabalho, incluindo a saúde mental	ACT	Publicação do Guia de Boas Práticas sobre promoção da saúde nos locais de trabalho	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.*	Não	Não calculado dado que não há uma meta associada	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
3	3.3.8	3.58	Desenvolvimento de iniciativas de sensibilização para o bem-estar psicológico no local de trabalho e a prevenção dos efeitos adversos na saúde do trabalhador, incluindo burnout	ACT	N.º de iniciativas de sensibilização realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	1	101	10100%	2	37	1850%	4	52	1300%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
4	4.1.1.1	4.1	Realizar um estudo de avaliação do Rendimento Social de Inserção	GEP	Realização do estudo	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
4	4.1.1.1	4.2	Reforçar o RSI retomando o processo de convergência com a pensão social	AG-MTSSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X		0%	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.1.1.1	4.3	Criar a Prestação Social Única	DGSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
4	4.1.1.2	4.4	Promover a convergência do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos, de forma progressiva até 2026, acima do limiar de pobreza	ISS, IP	Alteração legislativa	x	Não	0%	x	Sim	100%	X	Sim	100%	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
4	4.2.1	4.5	Incluir, em cada relatório do Orçamento do Estado, um Relatório sobre as Desigualdades	PLANAPP	Publicações dos Relatórios sobre as Desigualdades	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	X	Sim	100%	x		0%	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
4	4.2.2	4.6	Garantir que os beneficiários de pensões ou prestações sociais, em caso de compensação ou de penhora em caso de dívida, tenham o valor mensal garantido equiparado ao RMMG ou ao valor da prestação social ou da pensão que recebam, caso seja de valor inferior	DGSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
4	4.2.2	4.7	Criar a Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social (CSSS), divulgar o livro verde da sustentabilidade da SS e implementar recomendações da CSSS	AG-MTSSS	Publicação do Livro Verde do Sistema Previdencial da Segurança Social	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	n.a.*			n.a.*	Sim	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída	Igual à Meta
4	4.2.3	4.8	Assinar um acordo de rendimentos na Concertação Social de médio prazo que preveja uma valorização global dos salários, definindo uma trajetória de atualização para o salário mínimo e promovendo uma redução da desigualdade dos leques salariais	AG-MTSSS	Assinatura do acordo	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
4	4.2.4	4.9	Reforçar a Rede de Gabinetes de Inserção Profissional para Imigrantes (GIP-Imigrante), em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes, contribuindo para a elevação das qualificações e competências e para a formação certificada	AIMA, IP	N.º de novos GIP Imigrante	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	4	4	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com continuidade	Igual à Meta
4	4.2.5	4.10	Recolher e compilar boas práticas de política local em complemento ao alargamento e reforço dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, no âmbito da dinamização da rede de municípios em torno dos processos de participação e integração local de portugueses ciganos	AIMA, IP	N.º de práticas analisadas	22	10	45%	22	37	168%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com continuidade	Superior à Meta
4	4.2.5	4.11	Promover o acesso ao mercado de trabalho das populações portuguesas ciganas através da sua integração em medidas ativas de emprego e em medidas de formação profissional	IEFP, IP	N.º de pessoas ciganas abrangidas	1 997	1 845	92%	2 400	2 086	87%	2 800	1 894	68%	3 200	1 865	58%	Concluída	Inferior à Meta
4	4.2.6	4.12	Definir um modelo integrado de intervenção e apoio social, que classifique a população reclusa ou que cumpre medidas na comunidade ou em permanência na habitação, bem como os jovens em conflito com a lei, como especialmente vulnerável, pressupondo mecanismos de mapeamento e encaminhamento para equipas multidisciplinares e interinstitucionais, que tenham em vista a referenciação desta população para políticas especiais de emprego, formação escolar e profissional, alojamento/habitação, apoios sociais, saúde e cidadania	DGRSP	Publicação da Estratégia de articulação interinstitucional	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	n.a.*	Não		n.a.*	Não	Não calculado dado que não há uma meta associada	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
4	4.3.1	4.13	Dar cumprimento ao Programa Nacional de Habitação, com a execução do Programa 1º Direito, a concretização do Programa de Apoio ao Arrendamento, o alargamento do Porta 65 Jovem, a implementação da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, entre outros	IHRU, IP	n.a.	x		0%	x	Não	0%	X		0%	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Não Aferível
4	4.3.2	4.14	Identificar e cooptar entidades vocacionadas para o acolhimento e resposta adequada a pessoas condenadas e sem resposta sócio-habitacional	DGRSP	Definição da capacidade de resposta existente a nível nacional	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.2.1	4.15	Assegurar o acesso a soluções de alojamento de emergência ou de transição a pessoas em situação de risco ou em processo de autonomização com a concretização da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	IHRU, IP	N.º de alojamentos disponibilizados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 500	0	0%	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
4	4.3.3	4.16	Alargar a rede com equipamentos e respostas inovadoras e requalificação dos serviços domiciliários e respostas residenciais para pessoas idosas, promovendo a autonomia, a reabilitação e qualidade do serviço prestado aos utentes	ISS, IP	N.º de lugares intervencionados (criados e remodelados) nas respostas sociais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	39 405	2 623	7%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.3	4.17	Criar, com os municípios, programas de intervenção e adaptação das habitações, de acordo com as necessidades, promovendo a manutenção das pessoas no seu domicílio	INR, IP	N.º de habitações com intervenção	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 000		0%	Sem informação	Não Aferível
4	4.3.3	4.18	Alargar e qualificar progressivamente os serviços de apoio domiciliário (SAD) Nova Geração de Apoio Domiciliário SAD 4.0	ISS, IP	N.º de pessoas abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	63 825	0	0%	Não iniciada	Não Aferível
4	4.3.3	4.19	Implementar o Balcão SNS24 em respostas sociais e unidades de internamento geridas pelas entidades do setor social e solidário, que permite o acesso facilitado e mediado dos seus utentes, aos profissionais de saúde e aos serviços de saúde digitais do SNS, incluindo a TeleSaúde	SPMS, EPE	N.º de Balcões SNS24 de acesso mediado em funcionamento nas respostas sociais	n.a.	n.a.	n.a.	100	390	390%	200	394	197%	300	430	143%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
4	4.3.3	4.20	Comparticipar os medicamentos no ato da compra na farmácia para os beneficiários de Complemento Solidário para Idosos	ISS, IP	% de pessoas beneficiárias de CSI abrangidas	n.a.	n.a.	n.a.	100%		0%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
4	4.3.4	4.21	Aprovar e publicar o Plano de Ação para o Envelhecimento Saudável e Longevidade.	AG-MTSSS	Publicação do Plano de Ação para o Envelhecimento Saudável e Longevidade	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
4	4.3.5	4.22	Garantir a todos os cuidadores informais um profissional de referência e um Plano de Intervenção Específico (PIE) pela Segurança Social e Saúde	ISS, IP	Taxa de cuidadores informais com PIE definido	n.a.	n.a.	n.a.	80%	54%	68%	90%	71%	79%	100%		0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.6	4.23	Concretizar processo de descentralização de competências na área da ação social impulsionando políticas de âmbito local que permitam identificar as soluções mais adequadas à heterogeneidade e especificidade das diversas situações de pobreza e de exclusão social	CCDR Centro	N.º de municípios que assumiram competências	142		0%	278	278	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
4	4.3.8	4.24	Aumentar a oferta de serviço de transporte público nas áreas de baixa densidade populacional, designadamente através do recurso ao transporte flexível	IMT, IP	N.º de freguesias de baixa densidade servidas por transporte público, incluindo transporte público flexível	n/d			n/d			n/d	0		n/d	0	Não calculado dado que não há uma meta associada	Não concluída com continuidade	Não Aferível
4	4.3.8	4.25	Alargar a, no mínimo até 70% dos 164 municípios do interior, os serviços de proximidade, sejam serviços móveis ou a pedido, nos domínios da saúde, de apoio social e de bem-estar pessoal e comunitário e outros serviços públicos, contribuindo para a criação de centralidades locais (micro-centralidades)	ARTE, IP	N.º de municípios do interior servidos por serviços de proximidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	46	126	274%	115	49	43%	Concluída	Superior à Meta
4	4.3.8	4.26	Reforçar a cobertura dos Espaços Cidadão móveis, em especial em territórios de menor densidade e em territórios com prevalência de públicos com menor literacia digital	ARTE, IP	N.º de Espaço Cidadão móveis criados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	10	0	0%	14	0	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.8	4.27	Reforçar a abrangência da utilização da plataforma de telemonitorização Telemonit SNS24 e da funcionalidade de teleconsulta nas juntas de freguesia	SPMS, EPE	N.º de freguesias com capacidade de telemonitorização e teleconsulta	n.a.	n.a.	n.a.	10	390	3900%	20	394	1970%	30	430	1433%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
4	4.3.9	4.28	Desenvolver projetos de intervenção e de boas práticas de inclusão social que potenciem a inserção do cidadão com comportamentos aditivos e dependências (CAD) nas redes de suporte, em territórios identificados como prioritários	ICAD, IP	N.º de projetos de reinserção	14	18	129%	14	18	129%	14	18	129%	14	18	129%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
4	4.3.10	4.29	Estimular a criação de projetos de oferta pública de transportes inclusivos com a criação de um prémio anual e de um selo de reconhecimento de transporte inclusivo, a atribuir pelo Fundo de Transportes para as Autoridades de Transportes de nível regional que apresentem valores mais elevados no indicador proposto	FSPT	N.º de selos de transporte inclusivo atribuídos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3		0%	6		0%	Sem informação	Não Aferível
4	4.3.10	4.30	Alargar o acesso ao passe familiar dos transportes públicos a todas as Autoridades de Transportes (AT) de nível regional tornando-o acessível em todo o país	IMT, IP	N.º de AT regionais que disponibilizam o passe familiar	2		0%	n/d			3	0	0%	4	0	0%	Não concluída com continuidade	Não Aferível
4	4.3.10	4.31	Alargar dos 25 para os 30 anos da idade de acesso ao desconto de 25% dos títulos de transportes da CP	IMT, IP	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Igual à Meta
4	4.3.10	4.32	Criar o Passe Ferroviário Nacional que permitirá a circulação em toda a rede de comboios regionais por um custo mensal de 49 euros	IMT, IP	Alteração legislativa - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE2023)	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
4	4.3.11	4.33	Reforçar as unidades da rede geral da RNCCI	DE-SNS	N.º de camas novas	n.a.	9579	n.a.	n.a.	9557	n.a.	1 000	9 984	998%	5 500	10 088	183%	Concluída com ajustamentos	Superior à Meta
4	4.3.11	4.34	Criar e reforçar a oferta de lugares nas Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia	DE-SNS	N.º de novos lugares	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	500	0	0%	Não iniciada	Não Aferível

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
4	4.3.11	4.35	Criar estruturas de saúde mental para adultos na RNCCI, prevendo a redução da participação aos adultos em situação de pobreza	DE-SNS	N.º de novos lugares	n.a.	180	n.a.	100	185	185%	n.a.	182	n.a.	1 000	166	17%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.11	4.36	Criar estruturas de saúde mental de infância e adolescência na RNCCI, prevendo lugares para acesso gratuito às crianças e jovens em situação de pobreza	DE-SNS	N.º de novos lugares	n.a.	7	n.a.	40	7	18%	n.a.	7	n.a.	176	7	4%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
4	4.3.11	4.37	Reforçar as unidades de cuidados continuados na comunidade e das equipas de cuidados continuados integrados (ECCI) nos ACeS carenciados	DE-SNS	N.º de novas ECCI nos ACeS	n.a.	5690	%	n.a.	6024	n.a.	50	6712	13424%	n.a.	6903	n.a.	Concluída	Superior à Meta
4	4.3.11	4.38	Reforçar as Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos da RNCP	DE-SNS	N.º de novos lugares	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	100	0	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Sem informação	Não Aferível
5	5.1.1	5.1	Criar projetos-piloto de gestão descentralizada nas áreas da educação e da formação profissional, nomeadamente os Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar	CCDR Centro	N.º de projetos piloto criados	n.a.	n.a.	n.a.	201	60	30%	8	1	13%	8	78	975%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.1.1	5.2	Criar projeto-piloto de gestão descentralizada na área da Inovação Social, incluindo as áreas da educação, da saúde, do desenvolvimento rural, das políticas sociais e da formação profissional	EMPIS	N.º de projetos inovadores criados no âmbito dos Projetos Inovadores - Portugal Inovação Social 2020 e 2030	n.a.	n.a.	n.a.	240	0	0%	n/d	264		n/d	219	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Superior à Meta
5	5.1.1	5.3	Apostar na criação de territórios inteligentes e a criação de uma rede de municípios com aprovação da primeira Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes	AG-MRE	Publicação da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
5	5.1.2	5.4	Realizar ações de formação no âmbito do combate à pobreza dirigidas aos agentes da Administração Pública Local	FEFAL	N.º de ações de formação realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
5	5.1.3	5.5	Promover a inovação dos sistemas de governança territoriais, nomeadamente com a apresentação de um novo modelo de governança	AG-MTSSS	Apresentação do novo modelo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.*	Não	Não calculado dado que não há uma meta associada	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.1.4	5.6	Rever o enquadramento legal da Rede Social	AG-MTSSS	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.*	Não	Não calculado dado que não há uma meta associada	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.1.4	5.7	Realizar Fóruns Locais de Combate à Pobreza	CN-ENCP	N.º de Fóruns Locais de Combate à Pobreza	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	30	0	0%	90	0	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.1.4	5.8	Criar Equipas Radar Social que em paralelo com a atualização dos Instrumentos da Rede Social operacionalizem um mecanismo de georreferenciação, reconhecimento e apoio social a públicos em situação de vulnerabilidade	ISS, IP	N.º de Equipas Radar Social	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	278	279	100%	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
5	5.2.1	5.9	Promover a mobilidade de estudantes carenciados no ensino superior para instituições localizadas no interior	DGES/IES, I.P.	N.º de bolsas mobilidade +Superior atribuídas	n.a.	n.a.	n.a.	8 700	10 291	118%	8 700	15 520	178%	8 700	15 494	178%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
5	5.2.1.1	5.10	Reforçar, densificar e operacionalizar a Rede Nacional de Espaços de Coworking e Teletrabalho	CCDR Centro	N.º de municípios aderentes	124	32	26%	n.a.	n.a.	n.a.	130		0%	135		0%	Não concluída com continuidade	Não Aferível
5	5.2.1.1	5.11	Promover a inclusão social através da dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos, onde a cultura é para todos e representa um meio para a integração social e económica	CCDR Centro	N.º de municípios aderentes	n.a.	n.a.	n.a.	76	6	8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	51	n.a.	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.1.1	5.12	Alargar o acesso à cultura no território através da Rede de Teatros e Cinéteatros Portugueses (RTCP), da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), da Rede Portuguesa de Museus (RPM) e da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)	GEPAC	% de concelhos com equipamentos em, pelo menos, 2 Redes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	41,30%	n.a.	45%	46%	102%	50%	48%	96%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.1.2	5.13	Organizar fóruns e sessões informativas junto das plataformas supraconcelhias	CCDR Centro	Identificação de ações apresentadas pelos representantes da economia social nos comités de acompanhamento que contribuem para habilitar as populações em situação de vulnerabilidade	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.*	0		n.a.*			n.a.*		Não calculado dado que não há uma meta associada	Sem informação	Não Aferível
5	5.2.1.3	5.14	Conceber e implementar o Espaço Cidadão Energia que irá concentrar num único espaço os serviços de aconselhamento e apoio aos cidadãos em matéria do acesso ao mercado de energia, eficiência e combate à pobreza energética	ADENE	Implementação dos Espaços Cidadão Energia	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
5	5.2.2	5.15	Definir, no contexto do processo de descentralização de competências, o modelo de articulação no âmbito da Emergência Social e dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social	ISS, IP	Definição de protocolo de intervenção e articulação	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	n.a.*	Não		n.a.	n.a.	n.a.	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.2	5.16	Projeto piloto de atendimento e intervenção local integrada no âmbito da emergência social e SAAS	CN-ENCP	N.º de projetos piloto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	4	0	0%	4	0	0%	Não iniciada	Não Aferível
5	5.2.3	5.17	Realizar sessões de esclarecimento/ações de sensibilização junto dos diferentes serviços públicos direcionadas para as necessidades específicas dos requerentes e beneficiários de proteção internacional, com vista à uniformização dos procedimentos administrativos na Administração Pública	AIMA, IP	N.º de ações realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	4		0%	8	4	50%	16	3	19%	Concluída	Inferior à Meta
5	5.2.4	5.18	Elaborar/atualizar as cartas sociais municipais e das cartas sociais supramunicipais e contribuir para elaboração de um relatório	ISS, IP	Produção de relatório de avaliação da atualização das Cartas sociais municipais e supramunicipais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.5	5.19	Garantir a todos os públicos e especialmente aos mais vulneráveis, o acesso à informação sobre as medidas em vigor, através de canais de informação	CCDR Centro	N.º de iniciativas realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.*	S/I		n.a.*	9		n.a.*	39	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Não Aferível

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
5	5.2.6	5.20	Garantir que os publicos em situação de vulnerabilidade têm acesso aos regulamentos de financiamento, disponibilizados em consulta pública	CCDR Centro	Colocação em consulta pública dos regulamentos de financiamento	x		0%	x		0%	X	Sim	100%	x		0%	Sem informação	Não Aferível
5	5.2.7	5.21	Executar o Projecto Piloto Da Habitação ao Habitat, até ao final do ano de 2022, nos 3 bairros selecionados, como via para a promoção da coesão e da integração socio-territorial de bairros de arrendamento público, com vista à melhoria global das condições de vida da comunidade.	IHRU, IP	N.º de bairros abrangidos	3	0	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Inferior à Meta
5	5.2.8	5.22	Promover a contratação de trabalhadores qualificados, em especial jovens, no interior (+CO3SO Emprego Interior)	CCDR Centro	N.º de postos de trabalho criados	n.a.	n.a.	n.a.	2 380	741	31%	n/d			n/d			Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
5	5.2.8	5.23	Promover a contratação de trabalhadores qualificados, em especial de jovens, no setor da economia social (+CO3SO Emprego Empreendedorismo Social)	CCDR Centro	N.º de postos de trabalho criados	n/d	92		n/d	133		n/d			n/d			Suspensa / Descontinuada	Não Aferível
5	5.2.8	5.24	Reforçar o Programa Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados através dos Programas Regionais para promover a contratação de trabalhadores qualificados, em especial jovens, no interior	CCDR Centro	N.º de postos de trabalho criados	n.a.	n.a.	n.a.	1 301	206	16%	40	4	10%	40	105	263%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.8	5.25	Reforçar o Programa Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados I&D através dos Programas Regionais para promover a contratação de trabalhadores qualificados, em especial jovens, no interior	CCDR Centro	N.º de postos de trabalho criados	n.a.	n.a.	n.a.	799	148	19%	n/d			n/d	0	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.9	5.26	Rever a medida Tarifa Social de Internet, a qual disponibiliza a um preço acessível, serviços de acesso à internet em banda larga, fixa ou móvel	AG-MRE	Alteração legislativa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
5	5.2.9	5.27	Aumentar o número de alojamentos (inclui edifícios não residenciais) em zonas de baixa densidade servidos por redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Gigabit)	CCDR Centro	N.º de alojamentos (inclui edifícios não residenciais)	n/d	S/I		n/d	S/I		89 320		0%	208 414	0	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
5	5.2.10	5.28	Alargar e requalificar as respostas inovadoras	ISS, IP	N.º de lugares a criar em respostas inovadoras	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 500	1 500	100%	Concluída	Igual à Meta
5	5.2.10	5.29	Reforçar a participação das autarquias no combate às condições habitacionais das populações vulneráveis, após a transferência da propriedade da administração direta e indireta do Estado, para o seu parque habitacional	IHRU, IP	N.º de municípios	n/d			8		0%	n/d			n/d	n/d	Não calculado dado que não há uma meta associada	Sem informação	Não Aferível
5	5.2.10	5.30	Mobilizar os municípios para o apoio à inserção de pessoas em situação de sem-abrigo através do POR 2020 e 2030	CCDR Centro	N.º de municípios aderentes	n.a.	n.a.	n.a.	29	22	76%	n/d	8		n/d	18	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída com continuidade	Superior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
5	5.2.10	5.31	Mobilizar os municípios para o apoio à inserção de pessoas em situação de sem-abrigo	CN-ENIPSSA	N.º de vagas criadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	600	0	0%	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
5	5.2.10	5.32	Assegurar a intervenção junto de Antigos Combatentes em situação de sem-abrigo ou em risco	DGRDF	% de situações de risco sinalizadas que foram articuladas e/ou encaminhadas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
5	5.3.1	5.33	Criar um sistema integrado de indicadores de monitorização e avaliação das medidas de política da ENCP	CN-ENCP	Definição do plano de monitorização	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
5	5.3.2	5.34	Criar as Unidades Técnicas Locais (UTL) promotoras das intervenções integradas Locais previstos no PRR, direcionadas para as comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e do Porto	AML AMP	N.º de acordos assinados entre as AM de Lisboa e do Porto e as UTL promotoras das intervenções territoriais	12	12	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
5	5.3.2	5.35	Implementar os Planos de Ação para as Operações Integradas Locais previstos no PRR, direcionados para as comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e do Porto	AML AMP	% de medidas previstas nos acordos assinados com as UTL concluídas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	90%	-	-	Não concluída com continuidade	Não Aferível
6	6.1.1	6.1	Realizar sessões de co-criação, com organizações que atuam no combate à pobreza e/ou destinatários das medidas da ENCP, de projetos e processos participativos para o seu acompanhamento e avaliação	PLANAPP	N.º de sessões de co-criação	n.a.	n.a.	n.a.	3	3	100%	4	4	100%	4	4	100%	Concluída	Igual à Meta
6	6.2.1	6.2	Criar uma rede informal com a participação dos/as coordenadores/as nacionais das diferentes Estratégias Nacionais de forma a assegurar uma visão integrada e uma coordenação multinível das intervenções	CN-ENCP	Avaliação anual	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	X	Sim	100%	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
6	6.2.1	6.3	Estabelecer protocolos de colaboração com Instituições de Ensino Superior, Centros de Investigação, Entidades da Economia Social e Setor Empresarial, para a concretização de iniciativas e projetos que contribuam diretamente para as metas e objetivos da ENCP	CN-ENCP	N.º de protocolos de colaboração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	4	4	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Igual à Meta
6	6.2.1	6.4	Elaborar o plano de avaliação intermédia da ENCP	PLANAPP	Elaboração do plano de avaliação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Não	0%	n.a.*	1	Não calculado dado que não há uma meta associada	Concluída	Igual à Meta
6	6.2.2	6.5	Desenvolver um estudo para a identificação de indicadores tempestivos e de áreas lacunares do combate à pobreza	GEP	Realização do estudo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
6	6.2.2	6.6	Mapear e caracterizar os projetos de intervenção social de âmbito territorial em implementação em todos os municípios, assegurando a atualização anual do mapeamento elaborado	CN-ENCP	Realização e atualização do mapeamento	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade de PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
6	6.2.2	6.7	Criar um dashboard dos principais indicadores sociais ao nível municipal	GEP	Criação do Dashboard	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	x	Não	0%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
6	6.2.3	6.8	Aprovar o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – Horizonte 2024, onde se inclui o pilar Empoderar que pretende reforçar a literacia em CAD, promover a inclusão social das populações mais vulneráveis com CAD e criar condições para um ambiente externo com menores riscos	AG-MS	Aprovação do Plano de Ação	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta
6	6.2.4	6.9	Realizar Fóruns Participativos temáticos com o envolvimento dos públicos abrangidos pelas medidas	CN-ENCP	N.º de fóruns participativos realizados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	5	3	60%	5	3	60%	Não concluída com continuidade	Inferior à Meta
6	6.2.5	6.10	Incluir o critério de valorização da participação direta das comunidades nos projetos financiados nos avisos de candidatura	CCDR Centro PESSOAS 2030	N.º de avisos com critério de valoração associado à participação direta das comunidades	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.*	15		n.a.*	3		n.a.*	11		Concluída com continuidade	Não Aferível
6	6.2.5	6.11	Criar o Selo Autárquico “Direitos Humanos: Governança e Participação”	CN-ENCP	N.º de autarquias distinguidas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	20	0	0%	40	0	0%	Suspensa / Descontinuada	Inferior à Meta
6	6.2.5	6.12	Dinamizar a partilha de experiências dos municípios no âmbito do combate à pobreza através da realização de um Congresso Anual sobre Participação e Cidadania ativa com o envolvimento da Rede Social	CN-ENCP	N.º de congressos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1	0	0%	1	0	0%	Concluída com ajustamentos	Inferior à Meta
6	6.2.6	6.13	Dinamizar os municípios para a criação de Estratégias, de âmbito municipal ou intermunicipal, de combate à pobreza, através do desenvolvimento de projetos piloto ao abrigo de uma candidatura ao Instrumento de Assistência Técnica da Direção-Geral do Apoio às Reformas Estruturais	CN-ENCP	N.º de projetos piloto desenvolvidos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2	0	0%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída com ajustamentos	Inferior à Meta
6	6.2.6	6.14	Realizar reuniões do Fórum Consultivo	CN-ENCP	N.º de reuniões realizadas	n.a.	n.a.	n.a.	1	0	0%	2	2	100%	2	3	150%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
6	6.2.6	6.15	Promover a articulação com os mecanismos de financiamento europeu no âmbito do combate à pobreza e às desigualdades	CN-ENCP	N.º de participações em reuniões dos CA	n.a.	n.a.	n.a.	6	8	133%	12	6	50%	12	9	75%	Concluída com continuidade	Inferior à Meta
6	6.2.6	6.16	Integrar o objetivo de combate à pobreza nos avisos de candidatura dedicados à temática da pobreza	CCDR Centro PESSOAS 2030	N.º de avisos com critério de valoração associado à contribuição direta no combate à pobreza	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.*	19		n.a.*	33		n.a.*	24		Concluída com continuidade	Não Aferível
6	6.2.7	6.17	Criar uma agenda de investigação sobre a pobreza em Portugal, em articulação com parceiros da academia e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)	PLANAPP	Lançamento de call da FCT da agenda da ciência para as políticas públicas, sobre o tema da pobreza	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta

ID_Eixo	ID_Medida	ID_Atividade PA	Atividade do Plano de Ação	SIGLA_Entidade (2)	Indicadores de realização	Meta 2022	Executado 2022	% de Execução 2022	Meta 2023	Executado 2023	% de Execução 2023	Meta 2024	Executado 2024	% de Execução 2024	Meta 2025	Executado 2025	% de Execução 2025	Estado da Atividade PA 2022-2025	Desempenho médio anual PA 2022-2025
6	6.2.8	6.18	Aperfeiçoar e consolidar a experiência de avaliação do impacto legislativo no combate à pobreza e às desigualdades	PLANAPP	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.*	0		n.a.*	0	Não calculado dado que não há uma meta associada	Suspensa / Descontinuada	Não Aferível
6	6.2.9	6.19	Apresentar uma resolução bienal sobre direitos económicos, sociais e culturais no Conselho de Direitos Humanos	DGPE	Apresentação da resolução	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	x	Sim	100%	Concluída com continuidade	Igual à Meta
6	6.2.9	6.20	Promover a associação a iniciativas e declarações conjuntas sobre o combate à pobreza, designadamente nos fora multilaterais de direitos humanos e na área da Agenda 2030	DGPE	N.º de iniciativas	2	2	100%	2	2	100%	2	2	100%	2	4	200%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
6	6.2.9	6.21	Divulgar, em sede das Nações Unidas e do Conselho da Europa, boas práticas nacionais ligadas ao combate à pobreza	DGPE	N.º de iniciativas	1	1	100%	1	1	100%	1	12	1200%	1	6	600%	Concluída com continuidade	Superior à Meta
6	6.2.10	6.22	Criar o Observatório da Pobreza Energética que recolherá dados e produzirá informação no âmbito do acesso à energia por parte dos agregados mais desfavorecidos	ADENE	Criação do Portal do Observatório Nacional de Combate à Pobreza Energética (ONPE-PT)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X	Sim	100%	n.a.	n.a.	n.a.	Concluída	Igual à Meta

3.2 Atividades exclusivas de 2025

Tabela 4 - Lista das Atividades exclusivas de 2025 e respetivas metas, execução, nível de desempenho e estado¹

Eixo	ID	Atividades do PAENCP 2025	Indicadores de realização	Entidade responsável	Reporte da entidade	Meta 2025	Execução 2025	Nível de desempenho 2025
1	1.30	Disponibilizar consultórios de saúde oral nos cuidados de saúde primários, enquanto condição de equidade no acesso aos cuidados de saúde pública	N.º de gabinetes de saúde oral nos cuidados de saúde primários	ACSS, IP	Sim	120	36	✗
3	3.4	Alinhar os referenciais de competências de formação e de RVCC com as necessidades do mercado de trabalho, com base no diagnóstico já realizado	Publicação dos referenciais no Catálogo Nacional de Qualificações	ANQEP, IP	Sim	X	Sim	✓
3	3.5	Promover a informação e a orientação escolar e profissional, em particular dos mais desfavorecidos, proporcionando-lhes o contacto com um leque de ofertas que lhes permitam escolhas informadas e promotoras de mobilidade social	N.º de inscrições em Centros Qualifica	ANQEP, IP	Sim	500.000	707.441	★
3	3.6	Alargar e densificar a rede de Centros Qualifica com a criação de Balcões Qualifica, de maior proximidade local e através, nomeadamente, de protocolos com outras entidades no território	N.º de Balcões Qualifica criados	ANQEP, IP	Sim	30		!
3	3.9	Implementar projetos locais promotores de qualificações de nível B1/B2/B3 criados, de modo a concretizar o Plano Nacional de Literacia de Adultos	N.º de adultos abrangidos no âmbito dos Projetos Locais	ANQEP, IP	Sim	22.500	24.356	★

¹ A legenda referente à coluna “Nível de desempenho” consta no final da tabela.

Eixo	ID	Atividades do PAENCP 2025	Indicadores de realização	Entidade responsável	Reporte da entidade	Meta 2025	Execução 2025	Nível de desempenho 2025
3	3.27	Concretizar o programa de formação "Infoexclusão Zero", que visa conceber formação para promover a inclusão digital na Administração Pública, através da redução do número de pessoas sem competências digitais básicas	N.º de participantes	INA, IP	Sim	2.500	7.768	★
3	3.38	Desenvolver no âmbito do Mercado Social de Emprego, um projeto-piloto de acompanhamento de públicos muito desfavorecidos antes, durante e após a sua efetiva integração no mercado de trabalho.	N.º de projetos piloto	IEFP, IP	Sim	1	0	✗
3	3.44	Implementar a Nova Geração do Programa dos Contratos de Desenvolvimento Social, de forma multisetorial e integrada, à escala local, através de projetos e de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social nos territórios	N.º de Projetos de Desenvolvimento Social e Comunitário apoiados	ISS, IP	Sim	185	270	★
3	3.54	Promover a produção e edição de análises, estudos, estatísticas e indicadores, no âmbito da capacitação dos parceiros sociais, com relevância, designadamente, para a definição de estratégias que promovam a inovação e a competitividade do tecido empresarial e a promoção da participação dos trabalhadores nas organizações	N.º de estudos, análises e estatísticas produzidos	PESSOAS 2030	Sim	100	4	✗
3	3.55	Promover ações de formação e de sensibilização, no âmbito da capacitação dos parceiros sociais, tendo em vista melhorar a capacidade de intervenção dos parceiros sociais, nomeadamente, nos domínios da informação e sobre mecanismos de participação e negociação no âmbito das políticas sociais	N.º de iniciativas de capacitação, sensibilização e divulgação realizadas	PESSOAS 2030	Sim	100	144	★
3	3.56	Desenvolver uma ferramenta tecnológica que facilite a avaliação de risco psicossocial nas empresas, e promova uma melhor vigilância da saúde dos trabalhadores no âmbito da Saúde e Segurança do Trabalho	Criação da ferramenta tecnológica	ACT	Sim	x	Não	✗

Eixo	ID	Atividades do PAENCP 2025	Indicadores de realização	Entidade responsável	Reporte da entidade	Meta 2025	Execução 2025	Nível de desempenho 2025
4	4.3	Criar a Prestação Social Única	Alteração legislativa	DGSS	Sim	x	Sim	✓
4	4.14	Identificar e cooptar entidades vocacionadas para o acolhimento e resposta adequada a pessoas condenadas e sem resposta sócio-habitacional	Definição da capacidade de resposta existente a nível nacional	DGRSP	Sim	x	Não	✗
4	4.15	Assegurar o acesso a soluções de alojamento de emergência ou de transição a pessoas em situação de risco ou em processo de autonomização com a concretização da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	N.º de alojamentos disponibilizados	IHRU, IP	Sim	1.500	0	✗
4	4.16	Alargar a rede com equipamentos e respostas inovadoras e requalificação dos serviços domiciliários e respostas residenciais para pessoas idosas, promovendo a autonomia, a reabilitação e qualidade do serviço prestado aos utentes	N.º de lugares intervencionados (criados remodelados) nas respostas sociais	ISS, IP	Sim	39.405	2.623	✗
4	4.17	Criar, com os municípios, programas de intervenção e adaptação das habitações, de acordo com as necessidades, promovendo a manutenção das pessoas no seu domicílio	N.º de habitações com intervenção	INR, IP	Sim	1.000		!
4	4.18	Alargar e qualificar progressivamente os serviços de apoio domiciliário (SAD) Nova Geração de Apoio Domiciliário SAD 4.0	N.º de pessoas abrangidas	ISS, IP	Sim	63.825	0	✗
4	4.34	Criar e reforçar a oferta de lugares nas Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia	N.º de novos lugares	DE-SNS	Sim	500	0	✗
5	5.4	Realizar ações de formação no âmbito do combate à pobreza dirigidas aos agentes da Administração Pública Local	N.º de ações de formação realizadas	FEFAL	Sim	x	Sim	✓

Eixo	ID	Atividades do PAENCP 2025	Indicadores de realização	Entidade responsável	Reporte da entidade	Meta 2025	Execução 2025	Nível de desempenho 2025
5	5.8	Criar Equipas Radar Social que em paralelo com a atualização dos Instrumentos da Rede Social operacionalizem um mecanismo de georreferenciação, reconhecimento e apoio social a públicos em situação de vulnerabilidade	N.º de Equipas Radar Social	ISS, IP	Sim	278	279	★
5	5.18	Elaborar/atualizar as cartas sociais municipais e das cartas sociais supramunicipais e contribuir para elaboração de um relatório	Produção de relatório de avaliação da atualização das Cartas sociais municipais e supramunicipais	ISS, IP	Sim	x	Não	✗
5	5.28	Alargar e requalificar as respostas inovadoras	N.º de lugares a criar em respostas inovadoras	ISS, IP	Sim	1.500	1.500	✓
5	5.31	Mobilizar os municípios para o apoio à inserção de pessoas em situação de sem-abrigo	N.º de vagas criadas	CN-ENIPSSA	Sim	600	0	✗
5	5.35	Implementar os Planos de Ação para as Operações Integradas Locais previstos no PRR, direcionados para as comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e do Porto	% de medidas previstas nos acordos assinados com as UTL concluídas	AML AMP	Sim	90%	-	n.a
6	6.5	Desenvolver um estudo para a identificação de indicadores tempestivos e de áreas lacunares do combate à pobreza	Realização do estudo	GEP	Sim	x	Não	✗
6	6.7	Criar um dashboard dos principais indicadores sociais ao nível municipal	Criação do Dashboard	GEP	Sim	x	Não	✗

Legenda:

★ Execução acima da meta
 ✓ Execução igual à meta
 ✗ Execução abaixo da meta
 ! Sem informação de execução

n.a - Não aferível

3.3 Atividades que apresentam valores desagregados cumulativos por sexo e/ou região

Tabela 5 - Lista das atividades com valores desagregados por Sexo e/ou Região cumulativos no período 2022-2025

Eixo	ID	Atividade do PAENCP 2022-2025	Entidade responsável	Dados desagregados 2022-2025		
				Sexo	Regiões	
					NUTS 2013	NUTS 2024
1	1.5	Promover a participação das crianças e jovens em atividades de Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação preconizadas na Medida I do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.7	Reforçar as atividades de estudo acompanhado por processos de mentoria entre pares ou de tutoria no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.10	Reforçar a utilização de ferramentas digitais de apoio ao estudo no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.14	Atribuir um cheque-livro a todos os jovens nascidos em 2004 e 2005	DGLAB	✓		
1	1.24	Promover a parentalidade positiva junto dos profissionais e das figuras parentais, no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.33	Desenvolver um programa em meio escolar de prevenção de comportamentos aditivos e dependências	ICAD, IP		✓	✓

Eixo	ID	Atividade do PAENCP 2022-2025	Entidade responsável	Dados desagregados 2022-2025		
				Sexo	Regiões	
					NUTS 2013	NUTS 2024
1	1.34	Desenvolver programas preventivos de comportamentos aditivos e dependências em ambiente terapêutico	ICAD, IP	✓	✓	✓
1	1.35	Desenvolver programas de intervenção preventiva de comportamentos aditivos e dependências na comunidade	ICAD, IP		✓	✓
1	1.36	Desenvolver programas de tratamento para pessoas com comportamentos aditivos e dependências	ICAD, IP	✓		✓
1	1.44	Garantir a inscrição universal de todas as crianças no Registo Nacional de Utente e atribuição do Número Nacional de Utente (NNU) antes da alta da maternidade	ACSS, IP	✓	✓	
1	1.64	Concretizar medidas específicas de promoção da empregabilidade de jovens provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica, no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.75	Desenvolver mecanismos de participação das crianças e jovens de contextos mais vulneráveis no âmbito do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.81	Promover a generalização da prática desportiva através da implementação do Programa Nacional Desporto para Todos	IPDJ, IP	✓		
1	1.82	Promover iniciativas que utilizam métodos ativos de expressão, através da execução do Dispositivo 2.2 Educação para a Saúde, da medida 2 do programa Cuida-te+	IPDJ, IP	✓		

Eixo	ID	Atividade do PAENCP 2022-2025	Entidade responsável	Dados desagregados 2022-2025		
				Sexo	Regiões	
					NUTS 2013	NUTS 2024
1	1.83	Promover a atividade desportiva de jovens e crianças de contextos mais vulneráveis através da implementação do Clube Escolhas	IPDJ, IP	✓		
1	1.84	Promover, no âmbito do plano individual de integração de crianças e jovens migrantes, ações que incluam a prática desportiva e a valorização da diversidade humana e cultural	IPDJ, IP	✓		
2	2.7	Alargar os projetos no âmbito dos Clubes de Ciência Viva na Escola, priorizando escolas de contextos desfavorecidos	Ciência Viva		✓	
2	2.11	Aumentar o limiar de elegibilidade no acesso à ação social no ensino superior	DGES/IES, I.P.	✓		✓
2	2.19	Lançar a medida Compromisso Emprego Sustentável, de incentivo à contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP, através de um apoio financeiro à entidade empregadora, majorado em 25% no caso de contratação de jovens até 35 anos ou no caso de remunerações a partir 1.330 €, acumuláveis	IEFP, IP	✓		✓
2	2.20	Focar as políticas de colocação no mercado de trabalho nos territórios do interior, através da aprovação de medidas de apoio específicas como o Interior Mais, de apoio à mobilidade geográfica de trabalhadores para territórios do interior, e da criação de majorações aos apoios concedidos pela contratação em territórios do interior	IEFP, IP	✓		✓
2	2.30	Alargar as atividades promotoras de competências digitais concretizadas pelos Centros de Inclusão Digital do Programa Escolhas	IPDJ, IP	✓		
3	3.2	Promover a frequência de cursos de Formação Modular, que oferecem percursos flexíveis, modularizados e capitalizáveis, para obtenção de qualificações de nível 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações	ANQEP, IP	✓		✓

Eixo	ID	Atividade do PAENCP 2022-2025	Entidade responsável	Dados desagregados 2022-2025		
				Sexo	Regiões	
					NUTS 2013	NUTS 2024
3	3.3	Promover a frequência de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) que visam conferir uma qualificação com base em formação técnica especializada, incluindo em contexto de trabalho	ANQEP, IP	✓		✓
3	3.5	Promover a informação e a orientação escolar e profissional, em particular dos mais desfavorecidos, proporcionando-lhes o contacto com um leque de ofertas que lhes permitam escolhas informadas e promotoras de mobilidade social	ANQEP, IP	✓		✓
3	3.7	Reforçar a oferta dos cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) destinados a cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, cuja língua materna não é a língua portuguesa e/ou que precisem melhorar as suas competências na língua portuguesa	ANQEP, IP	✓		✓
3	3.8	Integrar públicos com muito baixas qualificações nos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que, sendo flexíveis e de duração variável, permitem o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível de educação básico ou secundário	ANQEP, IP	✓		✓
3	3.11	Realizar workshops nos estabelecimentos prisionais e nos centros educativos com o intuito de informar os jovens sobre as opções existentes no que respeita a cursos	DGRSP	✓	✓	
3	3.14	Integrar públicos com muito baixas qualificações e em maior risco de exclusão do mercado de trabalho em ações de formação profissional para capacitação de competências digitais (Competências Digitais e Emprego + Digital)	IEFP, IP	✓	✓	
3	3.16	Promover a integração de pessoas com CAD em ações de formação profissional e em medidas de emprego e colocação no mercado de emprego	ICAD, IP	✓		
3	3.33	Apoiar a renovação de competências no mercado de trabalho, com enfoque no setor digital através do Programa Jovem + Digital, orientado para jovens adultos, com o Programa Upskill, orientado para pessoas desempregados ou em subemprego	IEFP, IP	✓	✓	

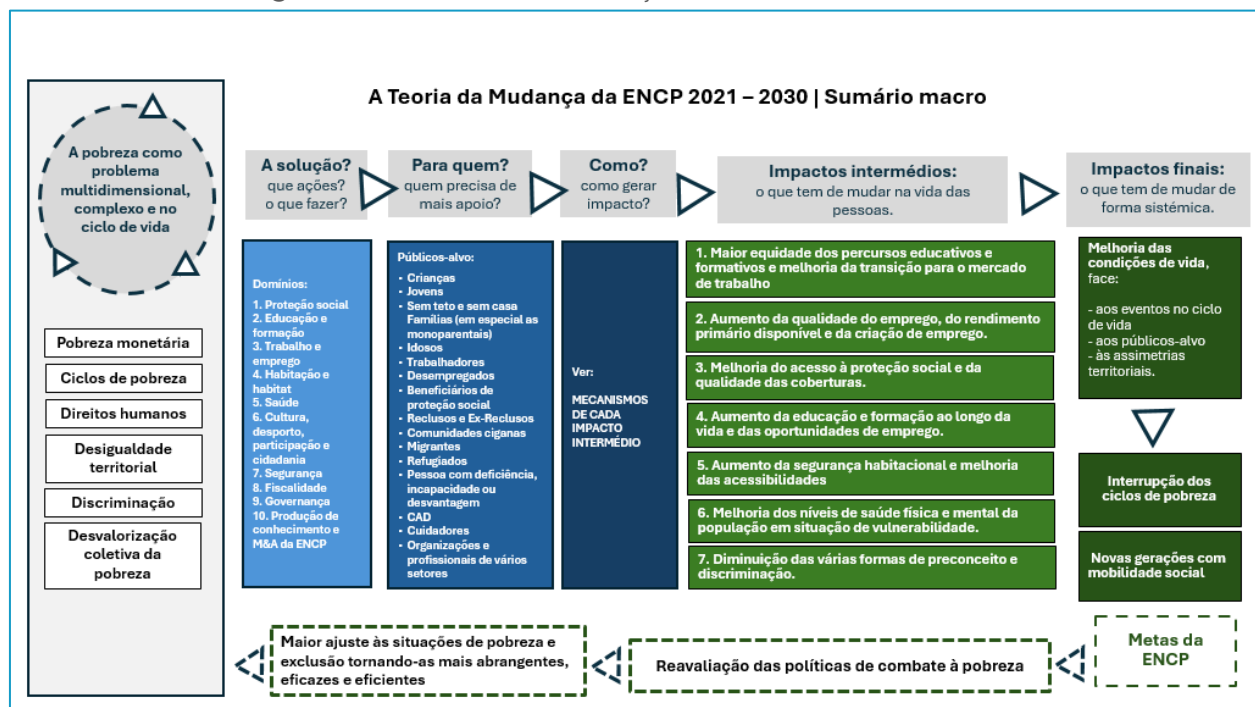
Eixo	ID	Atividade do PAENCP 2022-2025	Entidade responsável	Dados desagregados 2022-2025		
				Sexo	Regiões	
					NUTS 2013	NUTS 2024
3	3.37	Implementar uma medida de apoio ao empreendedorismo e geração de emprego no âmbito da medida Empreende XXI, com vista à promoção da criação de empresas, da criação do próprio emprego e a implementação de projetos em áreas inovadoras	IEFP, IP	✓	✓	
3	3.39	Criar medidas de política orientadas para as necessidades identificadas no estudo complementar de avaliação das medidas de formação e emprego no que se refere aos mecanismos de diferenciação positiva	IEFP, IP	✓		✓
4	4.11	Promover o acesso ao mercado de trabalho das populações portuguesas ciganas através da sua integração em medidas ativas de emprego e em medidas de formação profissional	IEFP, IP	✓	✓	
4	4.28	Desenvolver projetos de intervenção e de boas práticas de inclusão social que potenciem a inserção do cidadão com comportamentos aditivos e dependências (CAD) nas redes de suporte, em territórios identificados como prioritários	ICAD, IP		✓	
5	5.4	Realizar ações de formação no âmbito do combate à pobreza dirigidas aos agentes da Administração Pública Local	FEFAL	✓		
5	5.9	Promover a mobilidade de estudantes carenciados no ensino superior para instituições localizadas no interior	DGES/IES, I.P.	✓		✓

3.4 Teoria da Mudança

3.4.1 Enquadramento

O presente anexo procura sistematizar a informação advinda do processo de construção participativa da Teoria da Mudança associada à implementação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP). Dada a escala e complexidade do tema do combate à pobreza e da própria ENCP, a abordagem metodológica prosseguida procura sistematizar os processos de mudança necessários para a promoção dos impactos finais e intermédios (dimensionais) almejados. Por impactos intermédios entendem-se aqui todos os resultados de médio e longo prazo relativos às diferentes dimensões da ENCP, que contribuem para o impacto final de redução da pobreza multidimensional em Portugal Continental.

Figura 1- A Teoria da Mudança da ENCP - sumário macro



Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Os impactos descritos recobrem processos/realidades sociais, económicos, institucionais e simbólicos fundamentais para a compreensão do fenómeno da pobreza e para a definição de uma estratégia adequada para a combater. Embora analiticamente autonomizáveis, estes impactos entrecruzam-se, por exemplo, a maior equidade dos percursos educativos e formativos e melhoria da transição para o mercado de trabalho relaciona-se com o aumento da qualidade do emprego, do rendimento primário disponível e da criação de emprego, no sentido em que a qualificação da população é uma condição necessária (mas

não suficiente) para a promoção de uma alteração qualitativa do perfil de emprego e de especialização económica do país.

Os esquemas seguintes desenham a lógica causal que intermedeia as atividades da ENCP e os impactos esperados, em particular elencando os resultados expectáveis das atividades, os mecanismos acionados, bem como os pressupostos e os riscos que se colocam à consecução dos impactos esperados. Para cada mecanismo acionado foram identificados os respetivos pressupostos e riscos - sendo que cada mecanismo pode ter mais do que um pressuposto para a sua concretização e enfrentar mais do que um risco. Neste sentido, há pressupostos e riscos que são comuns a vários mecanismos que promovem a redução da pobreza. Para que esta esquematização fosse inteligível utilizou-se uma codificação dos pressupostos, riscos e mecanismos intuitiva. Se um dado pressuposto é uma condição de concretização do mecanismo 1 (M1), ele é codificado como P1.1. Os riscos seguem a mesma lógica.

Além dos pressupostos e riscos específicos de cada impacto, elencam-se de seguida pressupostos e riscos transversais:

PRESSUPOSTOS TRANSVERSAIS

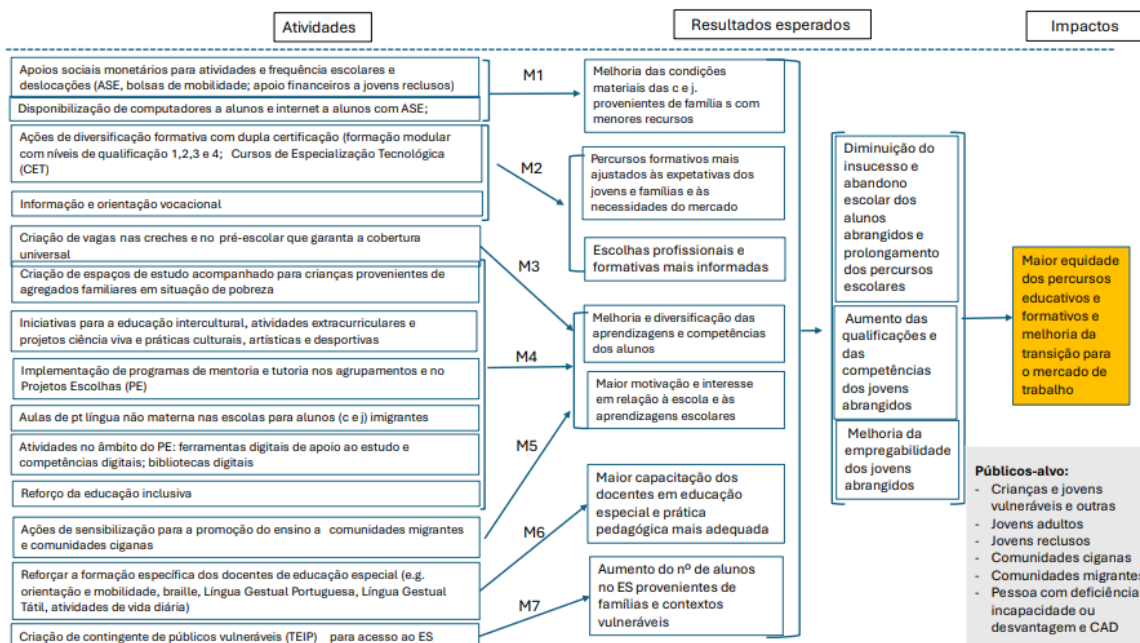
- PT1. Disponibilidade política para legislar no sentido das atividades propostas;
- PT2. Adesão das entidades responsáveis pela implementação das atividades, bem como de outras instituições necessárias (públicas ou privadas) à sua execução;
- PT3. Capacidade de implementação das atividades por parte das entidades implicadas, incluindo a existência ou alocação eficiente de recursos financeiros, humanos e materiais que garantam a boa execução das medidas/ atividades previstas;
- PT4. Garantia do acesso à informação sobre as atividades propostas pela ENCP, através de canais de informação adequados a todos os públicos, especialmente os mais vulneráveis (potencialmente destinatários), fomentando a sua adesão/ participação nos casos aplicáveis.

RISCOS TRANSVERSAIS

- RT1. Alterações nos ciclos políticos nacionais ou nas prioridades políticas (níveis central e local) que afetem o desenho, adesão e/ ou implementação das atividades propostas;
- RT2. Crises ou conjunturas macro adversas que inibam a alocação de recursos (especialmente financeiros, humanos, materiais) para a prossecução das atividades;
- RT3. Falta de investimento na divulgação das atividades às potenciais partes interessadas, ou desadequação dos canais e conteúdos da informação divulgada face aos seus objetivos.

Face ao exposto, apresentam-se, de seguida, os sete esquemas organizados por impacto, acompanhados de um conjunto de reflexões críticas que tem em consideração a literatura consultada, a informação recolhida nas entrevistas a peritos, assim como a auscultação de *stakeholders* e beneficiários.

Figura 2 - Esquema do impacto “Maior equidade dos percursos educativos e formativos e melhoria da transição para o mercado de trabalho” - RI 1



RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho

- R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis
- R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada
- R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares
- R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos
- R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos
- R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado
- R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas

Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

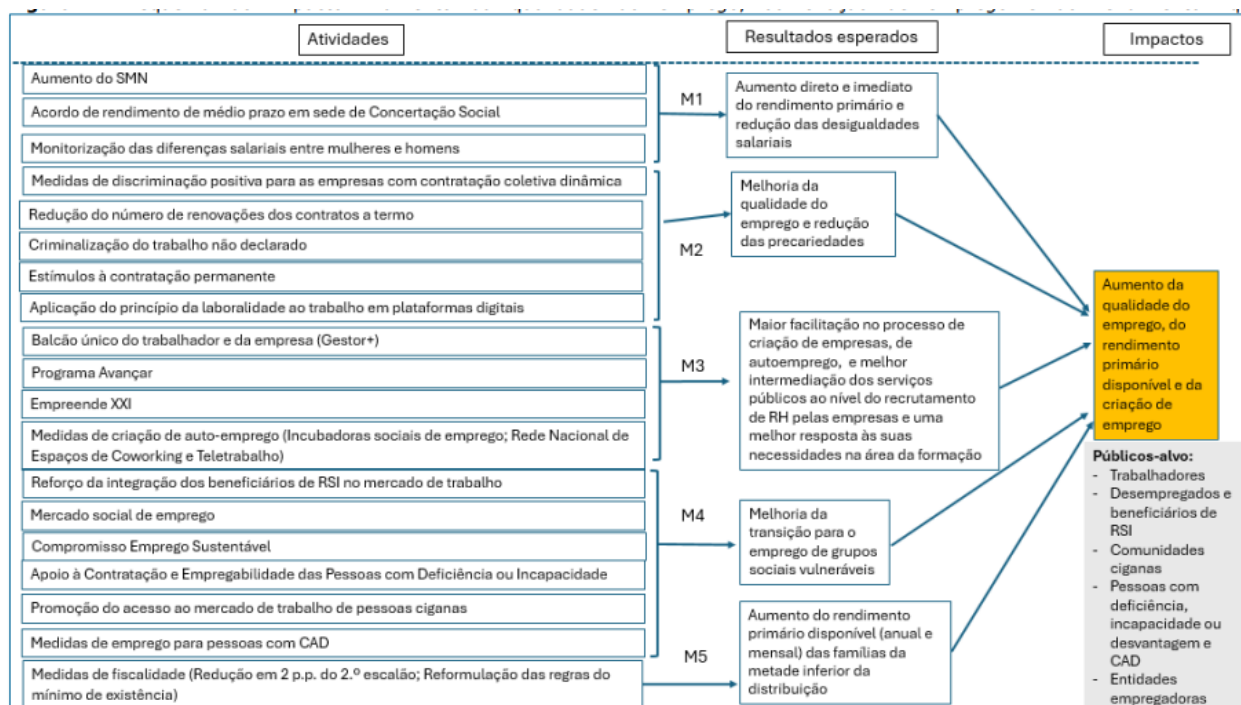
A ENCP apresenta um conjunto de medidas que procura, por um lado, mitigar o efeito das condições socioeconómicas das famílias no percurso escolar dos alunos através de apoios materiais e financeiros e, por outro, medidas de maior personalização do ensino que potenciem o sucesso escolar e o combate ao abandono escolar de grupos mais vulneráveis, assente na premissa que são as crianças e jovens provenientes destes grupos que mais contribuem para os 10% de abandono escolar em Portugal. Ora, importa aferir se efetivamente as medidas que integram o PA contribuem para a efetiva produção de mudança na realidade escolar desta franja de alunos para quem as medidas educativas não têm sido suficientes para manter integrados no sistema de ensino com um projeto educativo de sucesso.

No que respeita a medidas destinadas à capacitação e atualização de competências pedagógicas de professores/as e de outros/as profissionais do setor educativo, a ENCP e o seu PA apresentam limitações. De facto, apenas se deteta um tipo de atividade com esse objetivo específico: ações de formação

específica dos docentes de educação especial, o que revela uma menor atenção a essa componente, imprescindível para a melhor integração escolar e sucesso educativo dos estudantes com perfis mais vulneráveis. Acrescem dois tipos de atividades dirigidas à comunidade educativa que se prendem com a formação para a atuação em situações de pobreza e exclusão e no domínio da educação inclusiva. Por efeitos de construção da teoria da mudança, estas duas atividades encontram-se associadas ao impacto “Diminuição das várias formas de preconceito e discriminação”, ainda que concorram, inquestionavelmente, para o presente impacto.

Acresce ainda a ausência na ENCP e respetivo PA de medidas que a literatura de referência identifica terem um impacto significativo como, por exemplo, a redução do número de alunos por turma ou o rácio de estudantes por professor/a.

Figura 3 - Esquema do impacto “Aumento da qualidade do emprego, do rendimento primário disponível e da criação de emprego” - RI 2



RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento

R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais

R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição

R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação

R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis

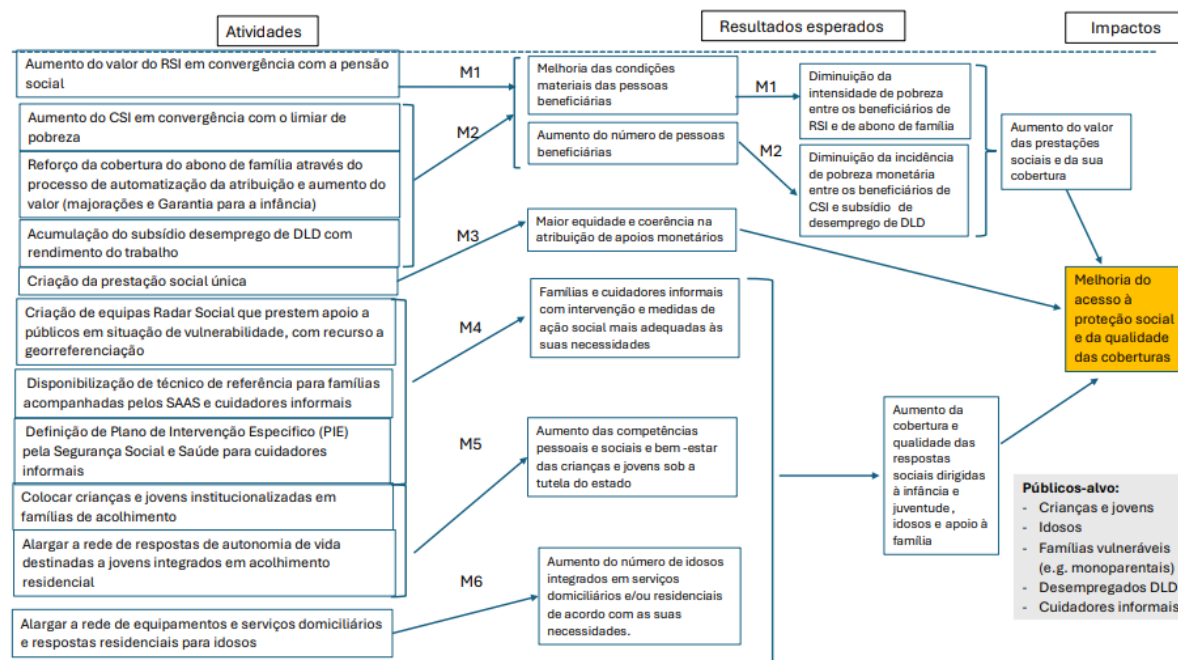
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade

Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Quanto a este impacto, deve ser tido em consideração o seguinte conjunto de reflexões críticas:

- a) A melhoria sustentada dos salários e dos rendimentos do trabalho, mas também de outras dimensões da qualidade do emprego, pressupõe uma alteração do perfil de especialização da economia portuguesa. No plano da criação da riqueza, existe uma clara omissão na ENCP;
- b) Embora a ENCP reconheça a importância do diálogo social bipartido e tripartido, não existem medidas diretamente destinadas a robustecer os sindicatos e a vertente das medidas orientadas para a dinamização da contratação coletiva;
- c) A ENCP menciona um conjunto de medidas de combate à precariedade laboral inscritas na Agenda do Trabalho Digno. No entanto, a eficácia de parte dessas medidas pressupõe a interpretação judicial;
- d) O combate à precariedade laboral depende do quadro normativo vigente, mas também da atividade inspetiva da ACT. A ENCP é (quase) omissa em relação a este aspeto;
- e) Em relação ao conjunto de atividades que consistem em políticas ativas de emprego, há pouca informação disponível acerca da sua eficácia, quer em relação às políticas orientadas para o autoemprego, quer as que se destinam a incentivar a contratação de trabalhadores. E, apesar de terem sido introduzidas medidas nos últimos anos que procuram fomentar a contratação sem termo de pessoas inseridas em política ativas de emprego, a investigação tem demonstrado que continuam a existir práticas empresariais que manipulam as regras de contratação no sentido de reproduzir os ciclos de precariedade;
- f) O mercado social de emprego, uma política ativa de emprego que teve bons resultados no passado, deveria ter uma maior centralidade nas políticas de transição para o emprego de grupos vulneráveis, apostando-se na diversificação das medidas que esta política acolhe;
- g) No que diz respeito às medidas no domínio da fiscalidade, o aumento do mínimo de existência e a redução de 2 p.p. da taxa aplicável ao 2.º escalão garantem um aumento do rendimento disponível das famílias que, não sendo consideradas pobres, têm baixos rendimentos. Ainda assim, do ponto de vista das métricas utilizadas para medir os impactos das medidas e da ENCP no seu conjunto, as medidas na área fiscal têm um impacto nulo na redução da pobreza monetária relativa, já que o limiar de pobreza se situa bastante abaixo do mínimo de existência e cerca de metade da população portuguesa não líquida IRS.

Figura 4 - Esquema do impacto “Melhoria do acesso à proteção social e da qualidade das coberturas” - RI 3



RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais

- R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado
- R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades
- R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades
- R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários
- R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias
- R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias
- R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais

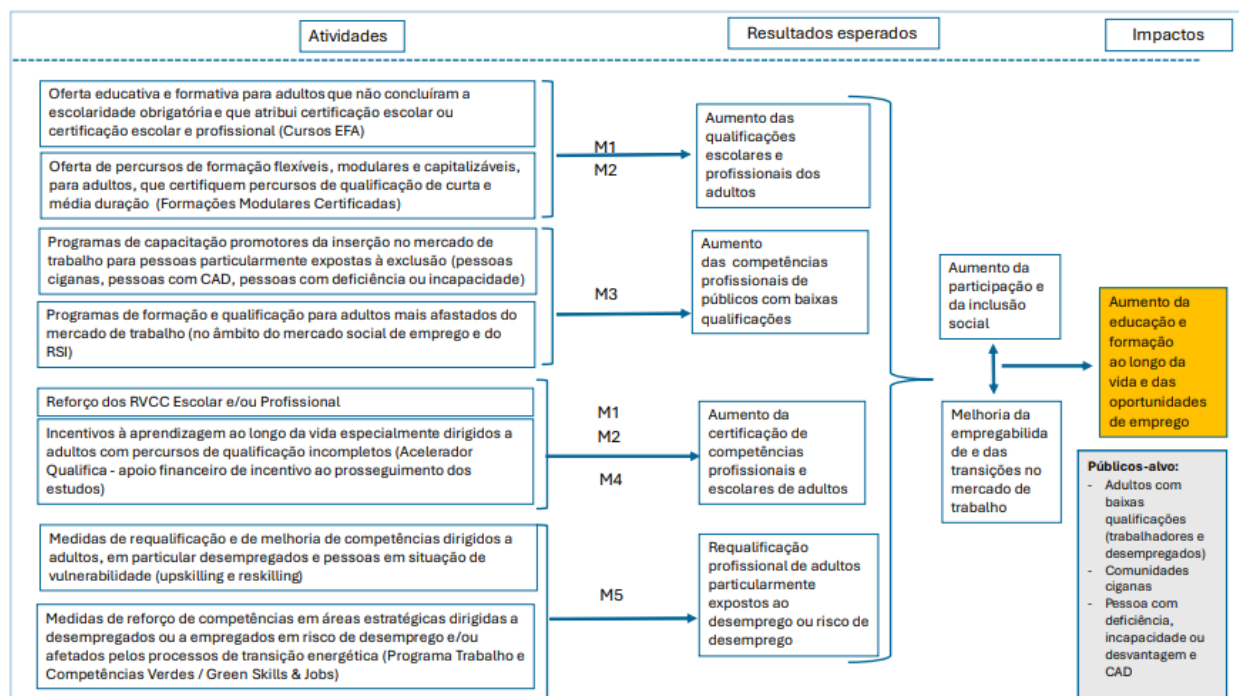
Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Quanto a este impacto, deve ser tido em consideração o seguinte conjunto de reflexões críticas:

- a) Embora o desemprego desprotegido seja uma das causas fundamentais de pobreza monetária em Portugal, não existe nenhuma medida direta na ENCP destinada a fazer face a esta questão, cingindo-se a apoios financeiros dirigidos à oferta e à medida que prevê a possibilidade de acumulação do salário com o subsídio de desemprego aos desempregados de longa duração, não vedando os desempregados desprotegidos, na ENCP ou no PA, nenhum reforço da sua posição ao nível da cobertura das políticas de proteção social, restando-lhes as medidas de requalificação, *reskilling* ou *upskilling* - que em algumas situações são pouco adequadas;
- b) A ENCP faz menção à valorização de várias prestações sociais, nomeadamente as que se integram no Sistema de Proteção Social de Cidadania. Contudo, não se definem objetivos de evolução dos

- valores de referência dessas prestações, nem tão pouco uma associação entre a evolução desses valores de referência e o limiar de pobreza e/ou o SMN;
- O impacto de algumas destas prestações na redução da pobreza e dos ciclos de reprodução da pobreza não se deve apenas ao valor das prestações, como se verifica no caso do CSI e do RSI;
 - O sucesso da integração social e laboral das camadas mais vulneráveis da população pressupõe, entre outros fatores, da qualidade do acompanhamento dos processos individuais e familiares por parte dos técnicos/assistentes sociais. Esse objetivo depende da redução do número de processos por técnico/assistente social, como forma de maior personalização das respostas, sendo a ENCP omissa em relação a este aspeto;
 - O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo é um elemento muito importante para a reparação das condições dos casos de pobreza e exclusão social. A literatura mais recente aponta para a necessidade de produzir uma alteração profunda nesse sistema em Portugal, que assegure a componente da prevenção e reveja as estruturas e os procedimentos do sistema. A ENCP não parece dar respostas cabais a esta questão;
 - O acesso efetivo às creches é condicionado por um conjunto de fatores. O facto de a frequência de creche ser menor entre as crianças oriundas de famílias de menores rendimentos - ou seja, aquelas que, em princípio, deveriam já beneficiar da gratuidade mesmo antes do alargamento da gratuidade, indica que outros fatores que não apenas os financeiros estarão também a inibir o recurso às creches por parte destas famílias. Não sendo estes fatores contemplados pela medida, é muito possível que esta situação não seja alterada. Este facto, fundamental do ponto de vista da redução das desigualdades e da pobreza, compromete diretamente o objetivo explícito da medida.

Figura 5 - Esquema do impacto “Aumento da educação e formação ao longo da vida e das oportunidades de emprego” - RI 4



RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida

R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos

R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações

R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos

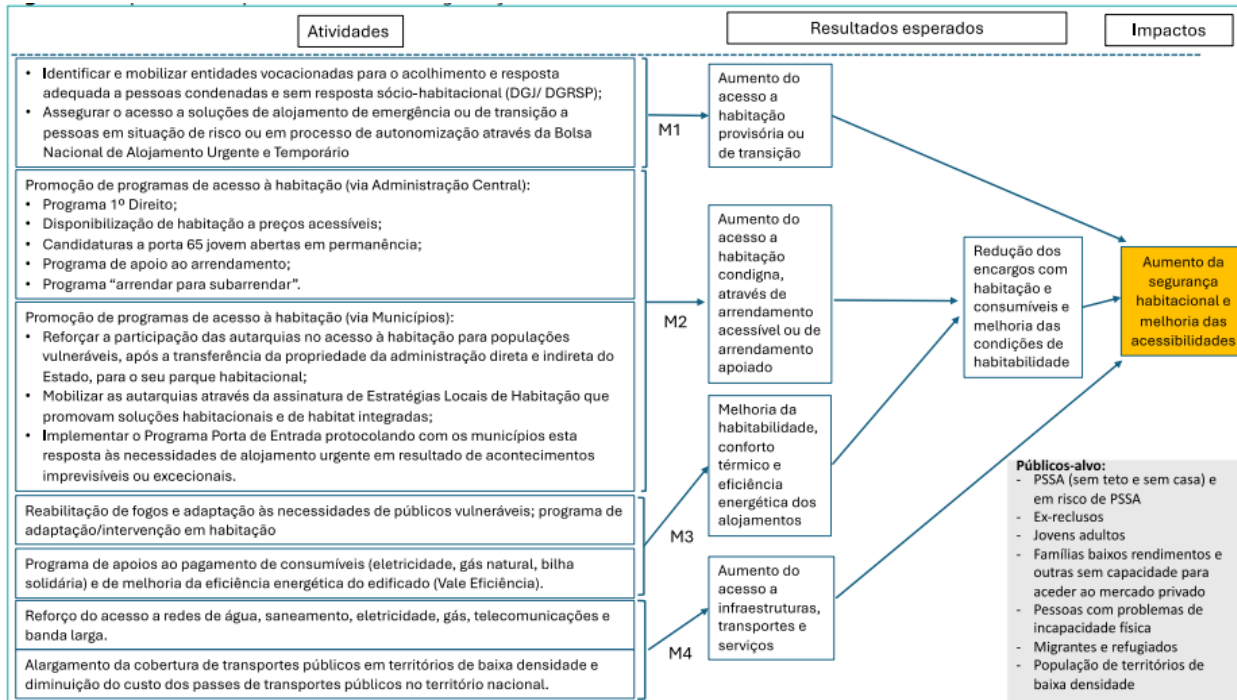
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego

Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Quanto a este impacto, deve ser tido em consideração um conjunto de reflexões críticas. Em concreto, se por um lado, a educação e formação são mecanismos cruciais de prevenção da pobreza e também de rutura com a reprodução geracional da mesma, muitas das medidas previstas estão todas em execução há muito tempo e mesmo produzindo resultados relevantes ainda estão aquém do esperado, sobretudo no que concerne à melhoria das qualificações dos grupos particularmente vulneráveis, persistindo igualmente um stock relevante de adultos com baixas qualificações no mercado de trabalho. Considerar que as mesmas medidas podem produzir resultados diferentes ou melhores pressupõe que o impacto efetivo destas atividades na melhoria do acesso ao mercado de trabalho e a empregos dignos, evitando ou mitigando situações de pobreza, assente em dois planos:

- a) Por um lado, na abrangência ou cobertura destas medidas e na sua eficácia ao nível das aprendizagens e na respetiva adequação às necessidades do mercado de trabalho; e
- b) Por outro, é necessário que, a jusante, o mercado de trabalho seja capaz de absorver e integrar a mão-de-obra que investiu nas suas (re)qualificações.
- c) Enquanto o primeiro plano apenas depende do desenho e qualidade de execução das atividades, o segundo plano depende de atores externos (empresas e empregadores). Nesse prisma, a ENCP e o PAENCP revelam alguma inconsistência, pois não há atividades direcionadas para o trabalho junto dos empregadores - com exceção dos incentivos previstos no Compromisso “Emprego Sustentável” -, para potenciar a empregabilidade de públicos mais vulneráveis, com percursos escolares e profissionais mais coartados e, não raras vezes, alvo de discriminação, estigmatização ou idadismo. Sublinha-se, no entanto, que a presença da CCP na CTA da ENCP é um sinal positivo e poderá alavancar futuras ações de sensibilização e discriminação positiva junto de empregadores e recrutadores.

Figura 6 - Esquema do impacto “Redução da privação habitacional e melhoria das acessibilidades” - RI 5



RI 5 - Habitação e Acessibilidades

R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos

R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços

R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado

R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição

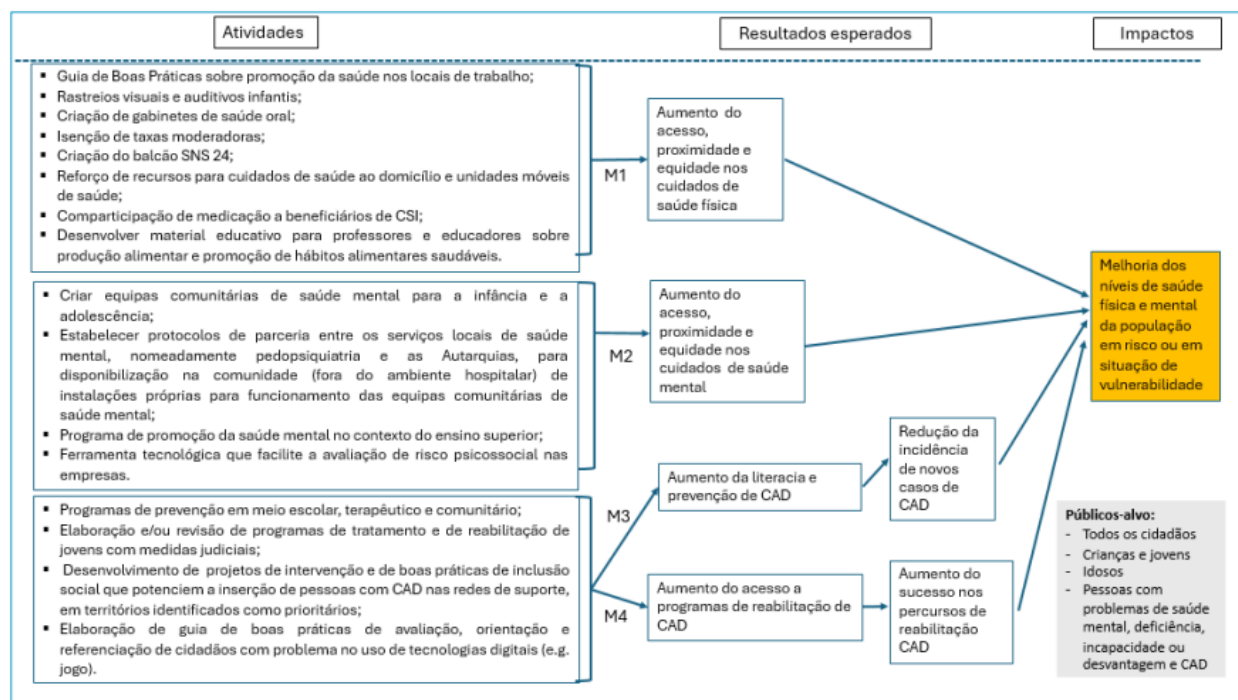
Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Embora contemple várias medidas no domínio da habitação, a ENCP não apresenta políticas que intervenham com a robustez necessária em algumas questões problemáticas no domínio da habitação, ancorando-se sobretudo em medidas que procuram estabilizar o mercado habitacional através da promoção de oferta, porém com uma dimensão insuficiente face às necessidades da população. Destaca-se a seguinte reflexão:

- O programa Primeiro Direito deveria construir 26 000 fogos para realojamento de famílias afetadas por graves carências habitacionais com financiamento pleno do PRR até junho de 2026 e execução a cargo do IHRU, o que corresponderia idealmente à supressão de perto de 20% das carências habitacionais diagnosticadas pelo INE e LNEC, com base no censo de 2021. Além da taxa de execução baixa até ao momento, esta medida pode ajudar a colmatar apenas parcialmente a problemática da carência habitacional, mesmo com a manifestação de intenções de dar continuidade ao Programa Primeiro Direito até 2030 por financiamento através do OE;

- b) O Programa de Apoio ao Arrendamento e o alargamento do Porta 65 Jovem, por sua vez, enfrentam outros desafios que, aliás, já se detetavam em programas de apoio ao arrendamento anteriores. Destinam-se, maioritariamente, a uma faixa de população com rendimentos intermédios que se situa aquém da capacidade económica para arrendar habitação no mercado livre e além da condição de recursos para poder aceder ao arrendamento apoiado (vulgo habitação social);
- c) A Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (Bolsa NAUT) prevê uma bolsa de 2000 fogos para assegurar uma resposta habitacional de emergência a pessoas que, devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis, ou a situações de risco iminente, requeiram uma solução habitacional urgente, ou a pessoas cujas necessidades de acompanhamento requeiram uma solução habitacional de transição até ser possível o reencaminhamento para soluções definitivas. Sabendo-se que mais de 2 000 pessoas se encontram a viver em alojamentos coletivos, outras 4 000 residem em alojamentos não clássicos e mais de 55 000 famílias co-residem com outros agregados familiares em situação de sobrelotação, esta Bolsa parece manifestamente reduzida para as urgências e emergências sociais neste domínio;
- d) O Programa Porta de Entrada destina-se igualmente a conceder soluções habitacionais de urgência, incluindo para pessoas migrantes e requerentes asilo, contudo a implementação ficará a cargo dos municípios que celebrarem protocolos de adesão com o IHRU e as metas constantes no PAENCP apenas identificam o número de municípios aderentes, sem informação sobre a sua localização e o volume de habitações protocoladas;
- e) As Estratégias Locais de Habitação são, por si, uma medida que poderá potenciar a articulação entre a habitação e o habitat, ou seja, promover uma visão mais integrada e salutar do ponto de vista socio-urbanístico. Deixa-se, porém, a nota de que muitas das anteriores Estratégias Locais de Habitação e respetivos Planos Locais de Habitação não conseguiram cumprir os seus desígnios originais, pelo que as mudanças mais estruturais que se pretendem implementar no seio dos municípios dependerão sempre da sua visão estratégica e respetiva capacidade financeira e operacional.

Figura 7 - Esquema do impacto “Melhoria dos níveis de saúde física e mental da população em situação de vulnerabilidade” - RI 6



RI 6 - Saúde

R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental

R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física

R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD

R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD

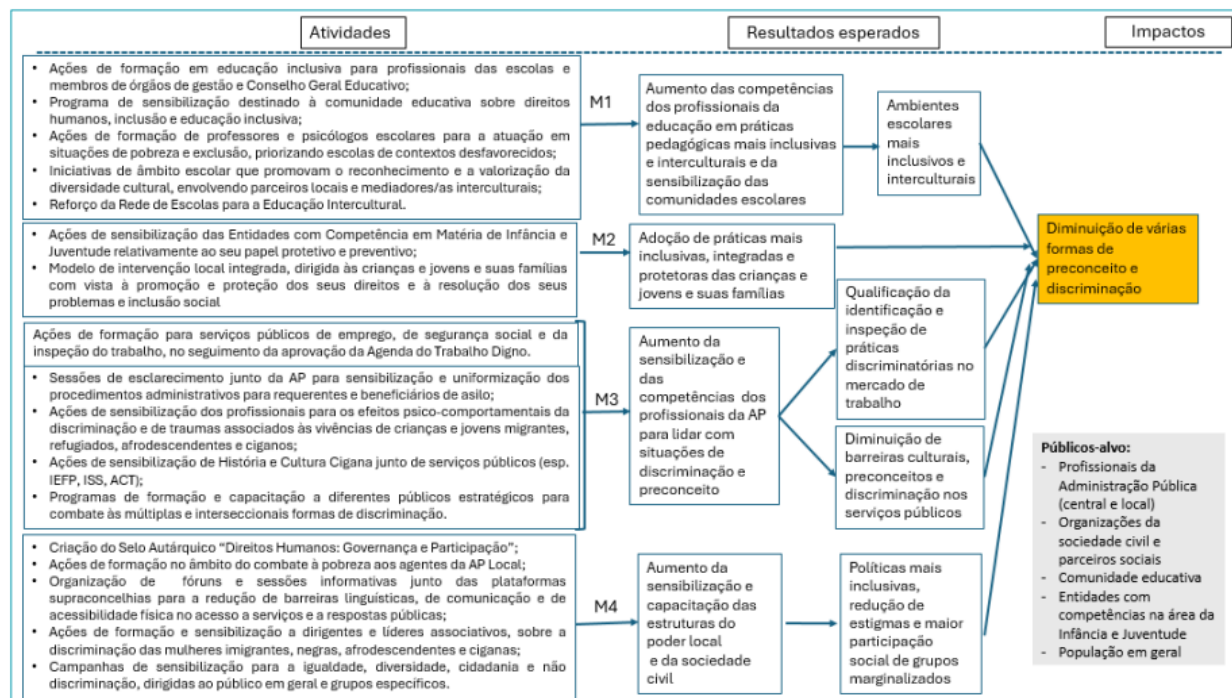
Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

A ENCP prevê várias medidas no domínio da saúde, considerando que a saúde física e mental é um fator determinante para a integração social e no mercado de trabalho, assim como a própria saúde física e mental é determinada por condições sociais e económicas, como demonstra a vasta literatura sobre este tópico. Nesse sentido, a saúde pode ser simultaneamente entendida como causa e efeito da pobreza e exclusão social. Por este prisma, a ENCP, assim como o PAENCP apresentam um rol extenso de medidas que potenciam as respostas públicas nesta área, designadamente, na prevenção e tratamento de perturbações mentais, promoção da saúde nos locais de trabalho e prevenção de doenças profissionais, reforço de políticas de saúde oral e medicina dentária, prevenção e tratamento de adições, entre outras, dirigidas a diferentes públicos. Existem, no entanto, algumas lacunas e omissões que importa sublinhar:

- Omissão de atividades no PAENCP que aumentem a cobertura de acesso a cuidados primários, nomeadamente através das respostas de proximidade providenciadas pelos centros de saúde, e reforço do SNS através da oferta de profissionais de saúde (especialmente enfermeiros/as e médicos/as) no território nacional, que apresenta várias disparidades regionais. Em abril de 2024,

- o Portal da Transparência do SNS registava 1 565 880 utentes sem médico/a de família atribuído/a, em particular nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Alentejo;
- b) Ausência de medidas que reproduzam as alterações legislativas ao CSI em junho do presente ano, que passou a comparticipar a 100% as despesas em medicamentos sujeitos a prescrição médica dos/as beneficiários/as. Entende-se que a extensão desta medida a agregados em situação de pobreza extrema como, por exemplo, os/as beneficiários/as de RSI, poderia representar um incremento substancial do seu acesso à medicação prescrita, podendo canalizar esses recursos poupados para outras necessidades básicas não satisfeitas;
- c) Ausência de medidas mais gerais relativas ao robustecimento do Serviço Nacional de Saúde, elemento fundamental para que este pilar basilar da democracia portuguesa mantenha a sua vocação universalista e não se assuma como um serviço orientado, no essencial, para as famílias mais destituídas - o que colocaria em causa necessariamente a qualidade dos serviços prestados.

Figura 8 - Esquema do impacto “Diminuição das várias formas de preconceito e discriminação” - RI 7



RI 7 - Preconceito e Discriminação

R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares

R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito

R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias

R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil

Fonte: COLABOR (2025). Construção da Teoria da Mudança da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

A reflexão crítica central atinente ao tema da prevenção e combate das várias formas de preconceito e discriminação, no âmbito da ENCP, prende-se com a necessidade de atividades mais eficazes na mudança de mentalidades, seja da população em geral, seja procurando garantir que os serviços públicos lidam com os cidadãos com disponibilidade, eficiência, eficácia, equidade, de forma personalizada e, acima de tudo, com um código de conduta ética irrepreensível, face às diversas formas de vulnerabilidade e desigualdade, assim como face a estereótipos. O preconceito e a discriminação são comportamentos nefastos em si mesmos, mas, além disso, produzem externalidades profundamente negativas, ou seja, não só a dignidade da pessoa é ferida de alguma forma, como pode a mesma ficar aquém do acesso pleno aos seus direitos humanos e sociais.

A este nível, é importante problematizar até que ponto o espartilhamento das políticas sociais direta e indiretamente vocacionadas para combater a pobreza, em particular as que consistem em prestações monetárias, tem um efeito nefasto - por criar categorias artificiais do ponto de vista das necessidades e condições de existência dos indivíduos e famílias, as quais são alvo de processos de manipulação simbólica que se traduzem em formas de produção e reprodução de estigmas e discriminação.

Neste plano de análise, importa também equacionar até que ponto a ineficácia de algumas políticas de mitigação da pobreza, do ponto de vista da reintegração social dos seus beneficiários, contribuiu para reproduzir e reforçar estigmas. Não deixa de ser bastante significativo que, no contexto da COVID-19, tenham sido criadas medidas de proteção social ad hoc para cobrir categorias sociais pouco ou nada protegidas pelo sistema de Segurança Social - em particular os trabalhadores independentes - em detrimento de se terem acionado/recalibrado prestações já existentes, nomeadamente o RSI. Ou seja, optou-se por amparar ativos empregados “distantes”, num contexto de normalidade, da necessidade económica que caracteriza os beneficiários de RSI, do que protegê-los através de uma prestação social que se tem tornado estigmatizante.

3.4.2 Contributos² das atividades para os resultados intermédios em cada domínio de impacto

Tabela 6 - Contributos das atividades do Eixo 1 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 1	87	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	10	11,5%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	7	8,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	19	21,8%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	9	10,3%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	16	18,4%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	8	9,2%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	13	14,9%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	2,3%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	2,3%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	1	1,1%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	2	2,3%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	0	0,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	10	11,5%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	3	3,4%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	8	9,2%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	10	11,5%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	10	11,5%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	10	11,5%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		

² De acordo com a classificação realizada pelas entidades responsáveis pelas atividades.

PA ENCP - Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	5	5,7%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	1	1,1%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	5	5,7%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	2	2,3%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	18	20,7%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	14	16,1%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	11	12,6%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	13	14,9%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	6	6,9%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	6	6,9%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	6	6,9%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	7	8,0%

Tabela 7 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 1 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 1	72	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	8	11,1%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	6	8,3%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	16	22,2%

PA ENCP - Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	8	11,1%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	13	18,1%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	6	8,3%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	11	15,3%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	2,8%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	2,8%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	1	1,4%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	2	2,8%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	0	0,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	10	13,9%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	3	4,2%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	8	11,1%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	10	13,9%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	10	13,9%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	10	13,9%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	5	6,9%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	1	1,4%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	5	6,9%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	2	2,8%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	11	15,3%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	9	12,5%

PA ENCP - Eixo 1 - Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	6	8,3%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	8	11,1%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	6	8,3%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	6	8,3%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	7	9,7%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	6	8,3%

Tabela 8 - Contributos das atividades do Eixo 2 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 2 - Promover a Integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 2	33	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	11	33,3%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	8	24,2%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	11	33,3%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	11	33,3%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	9	27,3%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	5	15,2%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	10	30,3%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	6,1%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	6,1%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	4	12,1%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	4	12,1%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	4	12,1%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		

PA ENCP - Eixo 2 - Promover a Integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	1	2,9%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	1	2,9%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	1	2,9%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	1	2,9%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	3	9,1%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	3	9,1%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	2	6,1%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	3	9,1%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	3	9,1%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	2	6,1%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	2	6,1%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	2	6,1%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	2	6,1%

Tabela 9 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 2 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 2 - Promover a Integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 2	29	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	10	34,5%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	7	24,1%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	10	34,5%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	10	34,5%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	9	31,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	5	17,2%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	9	31,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	6,9%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	6,9%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	4	13,8%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	4	13,8%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	4	13,8%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	1	3,4%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	1	3,4%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	1	3,4%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	1	3,4%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		

PA ENCP - Eixo 2 - Promover a Integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	1	3,4%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	2	6,9%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	1	3,4%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	2	6,9%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	2	6,9%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	2	6,9%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	2	6,9%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	2	6,9%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	2	6,9%

Tabela 10 - Contributos das atividades do Eixo 3 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 3	58	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	4	6,9%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	4	6,9%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	3	5,2%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	4	6,9%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	4	6,9%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	4	6,9%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		

PA ENCP - Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	6	10,3%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	6	10,3%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	8	13,8%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	6	10,3%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	10	17,2%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	14	24,1%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	14	24,1%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	14	24,1%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	13	22,4%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	0	0,0%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	0	0,0%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	1	1,7%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	1	1,7%

PA ENCP - Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	1	1,7%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	2	3,4%

Tabela 11 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 3 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 3	45	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	4	8,9%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	4	8,9%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	3	6,7%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	4	8,9%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	4	8,9%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	4	8,9%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	5	11,1%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	5	11,1%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	7	15,6%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	5	11,1%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	9	20,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%

PA ENCP - Eixo 3 - Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	13	28,9%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	13	28,9%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	13	28,9%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	12	26,7%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	0	0,0%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	0	0,0%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	1	2,2%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	1	2,2%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	2	4,4%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	1	2,2%

Tabela 12 - Contributos das atividades do Eixo 4 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 4	38	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	0	0,0%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	0	0,0%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	0	0,0%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	5,3%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	5,3%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	2	5,3%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	3	7,9%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	3	7,9%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	1	2,6%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	2	5,3%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	2	5,3%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	3	7,9%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	3	7,9%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	2	5,3%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	1	2,6%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		

PA ENCP - Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	1	2,6%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	1	2,6%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	3	7,9%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	9	23,7%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	10	26,3%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	5	13,2%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	7	18,4%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	0	0,0%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	0	0,0%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	0	0,0%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	0	0,0%

Tabela 13 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 4 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 4	23	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	0	0,0%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	0	0,0%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	0	0,0%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		

PA ENCP - Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	8,7%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	8,7%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	2	8,7%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	2	8,7%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	2	8,7%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	1	4,3%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	1	4,3%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	1	4,3%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	1	4,3%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	1	4,3%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	7	30,4%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	8	34,8%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	5	21,7%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	6	26,1%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	0	0,0%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	0	0,0%

PA ENCP - Eixo 4 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	0	0,0%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	0	0,0%

Tabela 14 - Contributos das atividades do Eixo 5 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 5 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 5	35	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	1	2,9%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	1	2,9%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	1	2,9%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	4	11,4%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	4	11,4%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	5	14,3%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	5	14,3%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	5	14,3%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	1	2,9%

PA ENCP - Eixo 5 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	1	2,9%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	4	11,4%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	4	11,4%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	2	5,7%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	3	8,6%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	1	2,9%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	2	5,7%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	2	5,7%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	3	8,6%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	2	5,7%

Tabela 15 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 5 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 5 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 5	20	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	1	5,0%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	1	5,0%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	1	5,0%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	2	10,0%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	2	10,0%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	2	10,0%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	2	10,0%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	2	10,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	1	5,0%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	1	5,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		

PA ENCP - Eixo 5 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	2	10,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	2	10,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	1	5,0%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	2	10,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	1	5,0%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	0	0,0%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	1	5,0%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	0	0,0%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	1	5,0%

Tabela 16 - Contributos das atividades do Eixo 6 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades no período 2022-2025 para o Eixo 6	22	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	0	0,0%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	0	0,0%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	0	0,0%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		

PA ENCP - Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	0	0,0%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	0	0,0%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	0	0,0%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	0	0,0%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	0	0,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	0	0,0%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	0	0,0%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	1	4,5%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	1	4,5%

PA ENCP - Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	1	4,5%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	1	4,5%

Tabela 17 - Contributos das atividades Concluídas do Eixo 6 do PA da ENCP para os resultados intermédios da TdM

PA ENCP - Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
Total de Atividades Concluídas no período 2022-2025 no Eixo 6	16	
RI 1 - Educação e Formação Inicial e Transição para o Mercado de Trabalho		
R1.1 - Aumento e permanência do n.º de alunos no Ensino Superior provenientes de famílias e contextos desfavoráveis	0	0,0%
R1.2 - Maior capacitação dos docentes em educação especial e prática pedagógica mais adequada	0	0,0%
R1.3 - Maior motivação e interesse em relação à escola e às aprendizagens escolares	0	0,0%
R1.4 - Melhoria das condições materiais das crianças e jovens provenientes de famílias com menores recursos	0	0,0%
R1.5 - Melhoria e diversificação das aprendizagens e das competências dos alunos	0	0,0%
R1.6 - Percursos Formativos mais ajustados às expectativas dos jovens e famílias e às necessidades do mercado	0	0,0%
R1.7 - Escolhas educativas, formativas e profissionais mais informadas	0	0,0%
RI 2 - Emprego, Empreendedorismo e Rendimento		
R2.1 - Aumento direto e imediato do rendimento primário e redução das desigualdades salariais	0	0,0%
R2.2 - Aumento do rendimento primário disponível (anual e mensal) das famílias da metade inferior da distribuição	0	0,0%
R2.3 - Maior facilitação no processo de criação de empresas, de autoemprego e melhor intermediação dos serviços públicos de emprego e formação	0	0,0%
R2.4 - Melhoria da transição para o emprego de grupos sociais vulneráveis	0	0,0%
R2.5 - Melhoria da qualidade do emprego e redução da precariedade	0	0,0%
RI 3 - Proteção e Coberturas Sociais		
R3.1 - Aumento das competências pessoais e sociais e bem-estar das crianças e jovens sobre a tutela do estado	0	0,0%
R3.2 - Aumento do número de idosos integrados em serviços domiciliários e/ou residenciais de acordo com as suas necessidades	0	0,0%
R3.3 - Famílias e cuidadores informais com intervenção e medidas de ação social mais adequadas às suas necessidades	0	0,0%
R3.4 - Maior equidade e coerência na atribuição de apoios monetários	0	0,0%
R3.5 - Melhoria das condições materiais das pessoas beneficiárias	0	0,0%

PA ENCP - Eixo 6 - Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional	Contribui	Peso (Contributos/ Total de Atividades)
R3.6 - Aumento do número de pessoas beneficiárias	0	0,0%
R3.7 - Promoção do desenvolvimento físico e cognitivo e das competências sociais e emocionais das crianças, mas também do acesso ao emprego por parte dos pais	0	0,0%
RI 4 - Educação e Formação ao Longo da Vida		
R4.1 - Aumento da certificação de competências profissionais e escolares de adultos	0	0,0%
R4.2 - Aumento das competências profissionais de públicos de baixas qualificações	0	0,0%
R4.3 - Aumento das qualificações escolares e profissionais dos adultos	0	0,0%
R4.4 - Requalificação profissional de adultos particularmente expostos ao desemprego ou ao risco de desemprego	0	0,0%
RI 5 - Habitação e Acessibilidades		
R5.1 - Melhoria da habitabilidade, conforto térmico e eficiência energética dos alojamentos	0	0,0%
R5.2 - Aumento do acesso a infraestruturas, transportes e serviços	0	0,0%
R5.3 - Aumento do acesso a habitação condigna, através do arrendamento acessível ou de arrendamento apoiado	0	0,0%
R5.4 - Aumento do acesso a habitação provisória ou de transição	0	0,0%
RI 6 - Saúde		
R6.1 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde mental	0	0,0%
R6.2 - Aumento do acesso, proximidade e equidade nos cuidados de saúde física	0	0,0%
R6.3 - Aumento do acesso a programas de reabilitação de CAD	0	0,0%
R6.4 - Aumento da literacia e prevenção de CAD	0	0,0%
RI 7 - Preconceito e Discriminação		
R7.1 - Aumento das competências dos profissionais da educação em práticas pedagógicas mais inclusivas e interculturais e da sensibilização das comunidades escolares	0	0,0%
R7.2 - Aumento da sensibilização e das competências dos profissionais da AP para lidar com situações de discriminação e preconceito	0	0,0%
R7.3 - Adoção de práticas mais inclusivas, integradas e protetoras das crianças e jovens e suas famílias	0	0,0%
R7.4 - Aumento da sensibilização e capacitação das estruturas do poder local e da sociedade civil	0	0,0%

3.5 Atividades Adicionais

Tabela 18 - Lista das Atividades Adicionais, valores de execução e estado

Eixo	Entidade Responsável	Id_Ativ.	Atividade	Indicador	Executado 2024	Meta 2025	Executado 2025	Estado
Eixo 1	PNL	AA 1.1	Programa Leitura em Família	Nº de famílias alcançadas/capacitadas pelo programa	2791	600 a 1000	800 a 1000	Concluída
Eixo 1	AG-MTSSS	AA 1.2	Alteração do critério geográfico de acesso à creche gratuita	Alteração legislativa - Portaria n.º 158/2024/1 - 1.ª Série,	x		x	Concluída
Eixo 1	AG-MTSSS	AA 1.3	Alteração das regras ao financiamento complementar das creches privadas aderentes ao programa Creche Feliz	Alteração legislativa - Portaria n.º 158/2024/1, de 6 de junho e Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, na sua redação atual	x		x	Concluída
Eixo 1	PNA	AA 1.4	Academia PNA	Nº de docentes que participaram na formação da Academia PNA	2325	400	1498	Em curso
Eixo 1	PNA	AA 1.5	Programa Artista Residente	Nº de escolas TEIP/PNA com o programa Artista Residente implementado	26	30	32	Em curso
Eixo 1	PNA	AA 1.6	Tutorias Criativas	Nº de Tutorias Criativas implementadas nas Escolas TEIP	n.a	5	n/d	Não iniciada
Eixo 1	PNA	AA 1.7	Caderno Para Criar Coragem	Nº de Ações "Caderno Para Criar Coragem" executadas em Escolas TEIP/PNA	n.a	15	7	Em curso

Eixo	Entidade Responsável	Id_Ativ.	Atividade	Indicador	Executado 2024	Meta 2025	Executado 2025	Estado
Eixo 2	AG-MTSSS	AA 2.1	Criação do Curso de Educação e Formação de Jovens na Área da Música.	Alteração legislativa - Portaria n.º 203-B/2024/1, de 10 de setembro	X	n.a	x	Concluída
Eixo 2	AG-MTSSS	AA 2.2	Criação uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação de jovens promovidos por escolas profissionais públicas nas regiões NUTS II do Norte, do Centro e do Alentejo.	Alteração legislativa - Portaria n.º 203-B/2024/1, de 10 de setembro	X	n.a	x	Concluída
Eixo 2	AG-MTSSS	AA 2.3	Criação e regulação da medida Estágios INICIAR	Alteração legislativa - Portaria n.º 219/2024/1, de 23 de setembro	X	n.a	x	Concluída
Eixo 2	IEFP	AA 2.4	Medida INICIAR: Estágios com a duração de 6 meses, não prorrogáveis	N.º de Estágios	321	6500	5120	Concluída
Eixo 2	IEFP	AA 2.5	Medida Emprego +Talentos	N.º de contratos		2500	1907	Concluída
Eixo 2	IEFP	AA 2.6	Medida Emprego +Talentos	Nº estágios		15 000	13757	Concluída
Eixo 2	PNA	AA 2.7	Mochila Cultural	N.º de crianças e jovens participantes no programa Mochilas culturais nas Escolas TEIP	a)	500	420	Concluída
Eixo 2	PNA	AA 2.8	Espaços Culturais e Laboratório Livre	Nº de laboratórios implementados em Escolas TEIP	n.a	4	n/d	Não iniciada
Eixo 2	PNA	AA 2.9	Corredor Cultural/ID Cultura	Nº entidades de ensino superior aderentes ao Programa Corredor Cultural/ID Cultura	n.a	8	11	Concluída
Eixo 3	ICAD	AA 3.1	Promover a capacitação e/ ou a integração profissional dos cidadãos com comportamentos aditivos e dependências (CAD)	Projeto piloto de integração socioprofissional para cidadãos com CAD	n.a	1	1	Concluída

Eixo	Entidade Responsável	Id_Ativ.	Atividade	Indicador	Executado 2024	Meta 2025	Executado 2025	Estado
Eixo 3	PNL	AA 3.2	Programa IRead4Skills	Nº de centros envolvidos		6	7	Concluída
Eixo 3	PNL	AA 3.3	Programa IRead4Skills	Nº de ações concluídas		6	6	Concluída
Eixo 3	AG-MTSSS	AA 3.4	Fusão do Centro de Formação Profissional de Competências de Envelhecimento Ativo (CCEA) com o Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS)	Alteração legislativa -Portaria n.º 303/2024/1, de 26 de novembro e Portaria 20/2025/1 de 22 de janeiro	x	n.a	x	Concluída
Eixo 3	AG-MTSSS	AA 3.5	Aumento do valor de referência da RMMG	Alteração legislativa - Decreto-Lei n.º 112/2024, de 19 de dezembro	x	x	x	Concluída
Eixo 3	AG-MTSSS	AA 3.6	Atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição e serviço com duração plurianual	Alteração legislativa -Portaria n.º 46/2025/01, de 20 de fevereiro	x		x	Concluída
Eixo 3	AG-MTSSS	AA 3.7	Isentar de IRS e TSU os prémios de produtividade, de desempenho, participação nos lucros e gratificações de balanço, pagos voluntariamente e sem carácter regular, até ao montante igual ou inferior a 6% da remuneração base anual do trabalhador	Alteração legislativa	n.a	x	n/d	Concluída
Eixo 3	IEFP	AA 3.8	Medida +Emprego	Nº de apoios financeiros concedidos		20 000	14279	Concluída
Eixo 3	IEFP	AA 3.9	Programa INTEGRAR	Nº de indivíduos abrangidos por medidas de formação e emprego	30 005	40 000	94463	Concluída
Eixo 3	IEFP	AA 3.10	Programa INTEGRAR	Nº de indivíduos colocados	5 012	25 000	28448	Concluída
Eixo 3	IEFP	AA 3.11	Programa INTEGRAR	Nº de indivíduos abrangidos em Sessões Informação Coletiva	438	40 000	40327	Concluída

Eixo	Entidade Responsável	Id_Ativ.	Atividade	Indicador	Executado 2024	Meta 2025	Executado 2025	Estado
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.1	Aumento gradual do valor da prestação do CSI (aumento anual médio de 67,33€)	Atualização do valor de referência da prestação CSI	x	x	x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.2	O rendimento dos filhos deixa de ser considerado na atribuição e reavaliação do valor da prestação do CSI	Alteração legislativa - DL 35/2024, de 21 de maio	x		x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.3	Os beneficiários do CSI passam a poder contar com medicamentos gratuitos, mediante apresentação de receita médica na farmácia.	Alteração legislativa DL 37/2024, de 28 de maio	x		x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.4	Atualização das Pensões no ano imediatamente seguinte ao da sua atribuição (Sistema de Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações)	Alteração Legislativa	x	x	x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.5	Alteração do conceito de cuidador informal (medidas de apoio e Estatuto do Cuidador Informal Provisório)	Alteração Legislativa - DR de 05/2024, de 6 de novembro	x		x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.6	Alterações do procedimento de reconhecimento do estatuto de cuidador informal	Alteração legislativa - DL 86/2024, de 6 de novembro	x		x	Concluída
Eixo 4	AG-MTSSS	AA 4.7	Atualização extraordinária da comparticipação em quatro respostas sociais: ERPI, Lar Residencial, Centro de Dia e Apoio Domiciliário	Atualização de comparticipações dos equipamentos para pessoas mais velhas	x		x	Concluída
Eixo 5	ADENE	AA 5.1	Implementar a rede Espaços Energia	N.º de Espaços Energia implementados		50	117	Em curso
Eixo 5	GEPAC	AA 5.2	Programa de Apoio em Parceria “Arte e Periferias Urbanas”, resulta de uma parceria entre a DGARTES e a AIMA, I.P.	N.º de projetos apoiados	10	10	10	Concluída

Eixo	Entidade Responsável	Id_Ativ.	Atividade	Indicador	Executado 2024	Meta 2025	Executado 2025	Estado
Eixo 6	ADENE	AA 6.1	Criar o índice de vulnerabilidade à pobreza energética e mapear a pobreza energética em Portugal	Publicar o mapa da pobreza energética	n.a	1	1	Concluída

NINGUÉM FICA PARA TRÁS.

*ESTRATÉGIA NACIONAL
DE COMBATE À POBREZA*



REPÚBLICA
PORTUGUESA